



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Orçamentos públicos municipais.

Comparativo das execuções orçamentárias
das Cidades de
Porto Alegre(RS) e Curitiba(PR)
(1989-1996)

Banca Examinadora

Prof. Leonardo Fernando Cruz Basso
Prof. Haroldo Clemente Giacometti
Prof. Adriano Henrique Rebelo Biava

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

JOSÉ ROBERTO RIZZOTTI

Orçamentos públicos municipais.

Comparativo das execuções orçamentárias
das Cidades de
Porto Alegre(RS) e Curitiba(PR)
(1989-1996)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Administração Pública e Governo, da FGV/EAESP.
Área de Concentração: Planejamento e Finanças
Públicas como requisito para obtenção de título de
mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Leonardo Fernando Cruz Basso

SÃO PAULO
1999



Fundação Getúlio Vargas
Escola de Administração
de Empresas de São Paulo
Biblioteca



66/9111



1199901116

Carlo

Escola de Administração de Empresas de São Paulo	
Data 26.05	Nº de Chamada 336.12(81) R6270
Tombo 1116/99	DIS. e.2

0026-50060

RIZZOTTI, José Roberto. **Orçamentos públicos municipais.** Comparativo das execuções orçamentárias das Cidades de Porto Alegre(RS) e Curitiba(PR) (1989-1996). EAESP/FGV, 1999. 114p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, da FGV/EAESP. Área de Concentração: Planejamento e Finanças Públicas).

Resumo: Comparação das execuções orçamentárias de duas cidades capitais-brasileiras, Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS); elaboração e execução dos orçamentos anuais, no período de 1989-1996, compreendendo a análise das principais fases envolvidas e os resultados obtidos.

Palavras-chaves: Orçamento - Orçamento Público Brasil Administração
Administração Pública Finanças Públicas Processo decisório.

Apresentação

Comparar experiências recentes de Administrações Públicas, quando da elaboração e execução de seus orçamentos anuais é o objetivo principal deste trabalho, que compreende a análise das principais fases envolvidas.

Para o estudo, foram escolhidas duas destacadas Capitais-brasileiras (Curitiba-PR e Porto Alegre-RS), que apresentam entre si fórmulas de Administração Pública diferenciadas, dotadas de políticas arrojadas, refletidas nas suas ações inovadoras, se constituindo em importante elemento da análise comportamental das capitais escolhidas, relativos a dois períodos distintos de gestão (1989/1992 e 1993/1996).

O fato das cidades antes referidas serem detentoras de dados econômicos similares, possibilitou a obtenção, na análise comparativa, de resultados satisfatórios. Ambas as cidades contam com estrutura em conformidade com a legislação aplicável, possuindo, todavia, modos diferentes de elaborar e executar seus orçamentos anuais, guardando similitude no aspecto de terem os mesmos recebido por mais de três gestões, a aprovação de seus habitantes pelo voto direto, mediante a sustentação no Poder do grupo situacionista.

O modelo de proposta orçamentária utilizado pela Prefeitura de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, se resume na participação popular, para destinação de uma fração da totalidade dos recursos do orçamento relativos ao exercício seguinte. O processo merece destaque no segmento das finanças públicas, porque visa harmonizar a pretensão política a critérios técnicos, mediante a conjugação da eficácia da escolha das políticas e ações de governo, feitas por parcela interessada da sociedade local, e pela pretensa eficiência no alcance do resultado, através de melhor qualificação dos projetos e atividades colocadas em julgamento.

Outro fator importante a considerar na escolha da cidade de Porto Alegre(RS), decorre da indicação de seu projeto de orçamento participativo para a Conferência Habitat II¹, como exemplo de inovação em questões urbanas.

Diferindo do modelo adotado por Porto Alegre, Curitiba - Capital do Estado do Paraná - adota procedimentos voltados para o planejamento urbano, afastando a participação direta da população na elaboração do orçamento, que tem sua atuação restrita aos representantes do Poder Legislativo, legalmente eleitos. Faz valer os critérios constitucionais brasileiros de representação política, onde o Legislativo desempenha papel com responsabilidade proporcional à sua atuação.

O âmbito de atuação do Poder Legislativo de ambas as cidades é idêntico, competindo-lhe, além do controle das contas públicas, a aprovação dos planos de governo, orçamentos e da execução dos mesmos. O papel desempenhado pelo Legislativo se diferencia naquela cidade onde a população tem participação mais ativa em torno das escolhas sobre quais ações deverão ser implementadas pelos orçamentos nos anos subseqüentes.

A participação da sociedade é elemento essencial e, quando atua diretamente na escolha das prioridades orçamentárias, transcende as dificuldades comumente encontradas em outras cidades. Essas dificuldades são contornadas por critérios técnicos, definidos de comum acordo entre os agentes, utilizados previamente nas reuniões que antecedem o fechamento final do projeto de lei. Com informações claras e objetivas acabam reduzindo o esforço final para aprovação, impondo-se desta forma, um ritmo mais burocrático ao Legislativo. Este tem seu papel reduzido, em grande parte, a confirmar discussão prévia realizada por parcela mais organizada da sociedade.

¹ - A Conferência Habitat II, organizada pela ONU, foi realizada em junho/1996, na Turquia, onde foram apresentados, além do "Orçamento Participativo", outros 39 projetos, considerados inovações em questões urbanas.

À primeira vista, o comportamento relatado reforça que um maior equilíbrio entre legislativo, sociedade e executivo, leva a resultados mais próximos da realidade esperada.

Como parte integrante do controle externo previsto constitucionalmente, os Tribunais de Contas efetuam uma fiscalização auxiliar externa, questionando o resultado quantitativo ou qualitativo da execução das ações previamente aprovadas pelo Legislativo. Em que pese sua importância as rotinas dos Tribunais de Contas não serão aqui apreciadas.

As análises realizadas na presente exposição baseiam-se nas informações selecionadas e extraídas de documentos oficiais dos municípios objeto do estudo (orçamentos, balanços, e outras informações adicionais) e de compilação de dados feita pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN/Coordenação Geral de Análise e Estatísticas Fiscais de Estados e Municípios - CEFEM.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
O ORÇAMENTO PÚBLICO	4
ORÇAMENTO PROGRAMA	9
O MODELO PARTICIPATIVO DE ORÇAMENTO DE PORTO ALEGRE RS.....	17
A FUNCIONALIDADE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	20
O PROCESSO	21
METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA EFEITO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ÀS REGIÕES	23
RESULTADOS OBTIDOS.....	24
AS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO:	24
O COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS	24
AS PRINCIPAIS DESPESAS POR FUNÇÃO E NATUREZA:.....	29
DESPESAS POR FUNÇÕES	29
DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA	33
O MODELO DE ORÇAMENTO DE CURITIBA.....	38
RESULTADOS OBTIDOS.....	40
AS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO:	40
O COMPORTAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS	40
AS PRINCIPAIS DESPESAS POR FUNÇÃO E NATUREZA	46
DESPESAS POR FUNÇÕES	46
DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA	49
CONCLUSÃO.....	55
APÊNDICE A - METODOLOGIA APLICADA.....	78
APÊNDICE B - A CONVERSÃO DA MOEDA EM 1994.	83
ANEXO I TABELAS DE DADOS ORIGINAL S.....	89
PORTO ALEGRE - RS.....	89
CURITIBA - PR.....	100
BIBLIOGRAFIA.....	112

Introdução

Na era da informação, transparência na gerência de recursos públicos impõe-se para todas as organizações governamentais que promovem gastos, custeados por receitas da arrecadação de tributos.

Com a evolução das técnicas de gerenciamento da informação, a questão orçamentária passou a ocupar posição de relevo nas discussões do conjunto de ações direcionadas para a administração das economias atuais, especialmente as economias locais.

As discussões sobre o financiamento das ações do governo tornaram-se mais relevantes sob a democracia ocidental moderna porque, precedendo a realização dos gastos, com dinheiro arrecadado, se impõe uma demonstração de como se pretende aplicá-lo. As manifestações dos pretensos beneficiários com os resultados da aplicação de políticas públicas são levadas em consideração, direta ou indiretamente, de forma explícita ou implícita, pelos seus propositores, transformando o orçamento no estabelecimento de limites para a determinação de tributos, de limites para a realização de gastos públicos, na definição de responsabilidades pela sociedade para controlar o exercício do poder que confere ao Estado.

Assim, o orçamento se desenvolveu como ferramenta de controle democrático sobre o Poder Executivo. As normas fixadas procuraram, desde o início, impedir que se utilizasse arbitrariamente dos recursos arrecadados. O processo orçamentário enseja ampla participação das esferas decisórias mais elevadas do Estado e se processa sob a fiscalização das muitas instituições representativas da sociedade.

O comportamento orçamentário dos níveis de governo vem ocupando o tempo de muitos interessados - de políticos a estudiosos do assunto - na Administração Pública. Alguns desses interessados têm direcionado seus esforços em busca do desenvolvimento de um padrão normativo para a decisão das despesas governamentais. Outros estão envolvidos com as reformas estruturais e de procedimentos voltados para as decisões sobre políticas/programas de governo. Outros ainda, preocupados com o planejamento a longo prazo.

O orçamento tem servido de lugar de debate dessas inúmeras propostas governamentais, mas está ainda muito distante do cumprimento de sua finalidade, qual seja, a alocação eficiente dos recursos entre os serviços ofertados e da necessária publicidade dos objetivos, para acompanhamento da efetiva execução dos programas. Reveste-se de legitimidade, mesmo assim, mediante a regular aprovação na utilização dos processos pelo Poder Legislativo.

Neste estudo procurou-se o desenvolvimento da pesquisa sobre os orçamentos dos governos municipais brasileiros, com base na análise do comportamento de seus principais agentes, destacando-se a investigação dos resultados da realização das receitas e despesas de dois grandes municípios-capitais no período 1989-1996.

Parte da ênfase do trabalho está na observação das estratégias que foram idealizadas pelos dirigentes municipais para colher informações sobre a prestação de serviços e investimentos no âmbito do município e dos anseios das respectivas comunidades, com destaque para a forma de participação e a transparência das informações ali tratadas, ilustradas com os resultados que foram obtidos pela análise dos valores registrados e publicados nos balanços contábeis.

Para trazer à superfície a importância dos orçamentos públicos nas cidades analisadas, este trabalho está assim dividido: em sua parte inicial discorre-se sobre o fundamento teórico que distingue os modelos de orçamentos públicos; o estágio seguinte, trata da inteligência dos processos orçamentários, seus métodos decisórios,

com foco na maneira de manejo e condução dos modelos pesquisados, apresentando como complemento os resultados obtidos em oito exercícios seguidos (1989-1996); e, por último, é apresentado um estudo comparativo entre os principais resultados registrados, à luz dos modelos adotados, compreendendo uma análise das receitas por categorias e das despesas por natureza e por funções de governo. O trabalho ainda conta com dois apêndices e um anexo. O Apêndice A, cuida da metodologia usada para alcançar os resultados; contém o número de habitantes de cada município e a formulação utilizada no cálculo de interpolação entre os anos intermediários, índices econômicos e de conversão utilizados no alinhamento da série de valores monetários. O Apêndice B, é resultado de estudo, que foi realizado a partir dos dados contábeis dos municípios do Estado de São Paulo, para demonstrar uma considerável diferença, provocada pelo plano econômico de 1994 (Plano Real), na conversão dos valores orçamentários. Esse estudo serviu para justificar algumas observações relativas aos dados daquele ano, referenciado nas séries históricas empregadas. E, por último, o Anexo I, que contém alguns dos dados primários contábeis e orçamentários dos municípios de Curitiba-PR e Porto Alegre-RS.

O Orçamento Público

O principal assunto tratado no presente trabalho é o orçamento público municipal, instrumento que deve revelar, explicar, o plano proposto pelo Poder Executivo local, para um período de tempo determinado.

O orçamento pode ser tratado como um plano e, para melhor administrar, é prudente que os governantes locais tenham os seus planos. Mas nem todos os planos tem as características dos orçamentos. O ideal seria utilizá-los, plano e orçamento, conjuntamente em um processo regular de planejamento.

O orçamento como plano de financiamento de governo, deve ser preparado e submetido pelo Executivo a uma Assembléia representativa com autoridade constituída para aprová-lo, antes que possa ser executado.²

O orçamento público, dividido entre tradicional e moderno, evoluiu do controle essencialmente político para instrumento de administração³. No orçamento tradicional, prevalece o controle político sobre o executivo, subordinando-se todos os seus elementos à manutenção do equilíbrio financeiro, evitando-se ao máximo o crescimento das despesas, enquanto que, no orçamento moderno, na sua concepção inicial, a função principal era o de ser o instrumento de administração e auxiliar nas fases de programação, execução e controle.

Entretanto, configura-se o orçamento mais do que uma simples previsão de receita ou estimativa da despesa. Ele se constitui em documento que deve ser

² - SILVA, Sebastião de Sant'Anna e. *Introdução ao estudo dos orçamentos públicos*. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, 1959. p. 15

³ - GIACOMONI, James. *Orçamento público*, 6^a ed., São Paulo, Atlas, 1996, página 59.

apresentado antes e depois de executado aos responsáveis pelo seu acompanhamento e fiscalização, visto que autorizaram as receitas e despesas ali constantes.⁴

Como resultado da evolução natural das formas de apresentação e justificação dos gastos públicos, e do aumento de importância de sua utilização como instrumento de política fiscal do governo na estabilização e regulação dos níveis de atividade econômica, o orçamento público passou a ser utilizado como um recurso sofisticado que incorporava ferramentas de planejamento das ações governamentais.

Um orçamento equilibrado estava relacionado, segundo Dalton, a preceitos de finanças e também de moralidade. Por extensão, a definição dada ao orçamento equilibrado, foi alterada por Keynes, que o tratou como poderoso instrumento para atingir o pleno emprego, um alto nível de investimento, para evitar desequilíbrios de preços (inflação) e de melhor distribuir a renda. As combinações desses objetivos levariam a um maior benefício social⁵.

Para Burkhead, o orçamento público se constitui num dos principais instrumentos para o planejamento e controle da utilização de recursos públicos⁶ e, na medida em que fosse bem utilizado, certos programas de governo atenderiam ao interesse da população, elevando sua condição material e cultural.

Entre outras definições, encontramos a de Longo e Roberto Luis Troster para quem o "orçamento tradicional pode ser visto como um contrato, significando um acordo dentro e fora do governo, quanto a suas prioridades e linhas de ação", que tem que cumprir metas, as quais podem ser modificadas sem com isso afetar a metodologia do cálculo. Pela perspectiva do regime político e da organização social, os orçamentos podem ser classificados como: a) definidos pelo poder central; b) estabelecidos dentro do sistema competitivo de mercado; c) financiados por sistemas tributários complexos⁷.

⁴ - MOOJEN, Guilherme. *Orçamento Público*, Rio de Janeiro, Edições Financeiras, 1959, págs 24-25.

⁵ - DALTON, Hugh, *Princípios de Finanças Públicas*, 4^a ed., 1980, Editora FGV, RJ, pág. 255

⁶ - BURKHEAD, Jesse. *Orçamento Público*, Ed. FGV, RJ, 1971, págs.6-8.

⁷ - LONGO, C. Alberto, TROSTER, R. Luis. *Economia do setor público*, SP:Atlas, 1993, pgs.83-85.

Assim, o orçamento público, caracteriza-se pela multiplicidade dos aspectos jurídico, político, administrativo, econômico, financeiro e contábil, em constante evolução técnica ⁸.

O orçamento público, no ensinamento de Sebastião de Sant'Anna e Silva, serve também ao propósito de racionalização administrativa, eficiência e eficácia nos serviços do Estado, pois ao elaborá-lo são evidenciadas as duplicidades de serviços com idêntica finalidade, as competências e atribuições sobrepostas, os gastos excessivos em determinados órgãos do governo, o bom ou mau funcionamento das repartições do Estado. É ainda o orçamento um elemento indispensável ao controle administrativo, pois através dele e do balanço geral torna-se possível a apuração do custo dos serviços públicos e o cotejo desse custo com os resultados obtidos. Permite ainda o orçamento o estabelecimento de custos comparativos entre os diversos órgãos governamentais e entre os destes e os das empresas⁹. É na determinação do montante global do orçamento que se encontram as maiores divergências. Os totais das receitas e despesas devem se equivaler, estar equilibrados. As receitas que serão arrecadadas devem ter uma destinação certa, bem como para todas as despesas alocadas devem existir recursos disponíveis. O importante não é saber se é o montante das receitas que determinará as despesas ou se, por outro lado, serão as despesas que estabelecerão o montante global de recursos. O excedente auferido em um orçamento será utilizado na redução da necessidade futura de recursos.

O orçamento, segundo Sandroni, em definição clássica, trata da previsão das quantias monetárias que, num período determinado, devam entrar e sair dos cofres públicos. Em nossos tempos, segue, o orçamento, deve ser considerado como uma técnica vinculada ao planejamento econômico e social e poderia ser definido como todas as contas nacionais e o planejamento que oferecem os fins e os objetivos para os quais se requererem os fundos públicos, os custos das atividades propostas para alcançar esses fins e os dados quantitativos que medem as realizações e as tarefas

⁸ - GIACOMONI, op. cit., pág. 59.

⁹ - SILVA, S. S., op. cit. pág. 31.

executadas dentro de cada uma dessas atividades. Ampliação conceitual ligada à participação cada vez maior do Estado na economia, a qual se refletiu igualmente na ampliação do prazo previsto para a realização das despesas públicas: os orçamentos anuais, correspondentes a um exercício financeiro, deram lugar a uma programação de obras e serviços com antecedência de, no mínimo, três anos¹⁰.

O orçamento governamental incorpora o orçamento corrente, que inclui as despesas de manutenção administrativa e também o orçamento de investimentos, dos gastos em obras, projetos e programas.

O estudo do orçamento público pertence ao campo da economia aplicada, qual seja, o da destinação dos recursos públicos. Por outro ângulo, permite, também, a análise das operações governamentais, começando pela organização, processos e rotinas, estabelecidos para a tomada de decisões e estendendo-se ao exame das influências que afetam o processo decisório, dentro e fora do governo.

No Brasil, o orçamento inclui a previsão de receitas e despesas em dado exercício financeiro, discriminando as previsões de acordo com a origem, natureza, finalidade ou periodicidade do movimento monetário. Utilizam-se os seguintes critérios de classificação: institucional (por órgãos); econômica (orçamento corrente e orçamento de capital); funcional (por objetivos a realizar); e por programas (seleção dos objetivos, forma de atingí-los e recursos necessários).

Esse último critério corresponde aos chamados orçamentos-programas, surgidos nos anos 60 e no início da década de 70 e atualmente utilizados em diversos países, entre os quais o Brasil. Representam uma técnica orçamentária um tanto sofisticada, reflexo da participação crescente do aparelho estatal no conjunto da atividade econômica desde a crise de 1929. Intimamente associados ao planejamento global, esses orçamentos fixam metas e objetivos governamentais, estruturados em planos e

¹⁰ - SANDRONI, Paulo, *Novo Dicionário de Economia*. 5ª. ed., Ed. Best Seller, SP, 1994, pág. 247

programas que devem ser executados em determinado período, em conjugação com o sistema de planejamento das finanças.

A utilização dos recursos públicos arrecadados a partir de impostos pagos pela população sempre foi cercado de muita complexidade e confusão. As informações sobre as razões das destinações são praticamente inexistentes.

No Brasil, a sistemática orçamentária utilizando programas, só foi consolidada com a publicação da Lei Federal nº 4320, em 17 de março de 1964, editada para regular as despesas, bem como a terminologia técnica adequada para a elaboração, controle e execução dos orçamentos públicos.

Com a atual Constituição(1988), as competências do município foram valorizadas e sua posição tributária em relação ao período anterior melhorada. Com isso, o orçamento municipal ganhou importância. Ele torna-se a lei onde passam a se encontrar o programa dos principais investimentos e serviços do município.¹¹

¹¹ - GIOMI, Waldemar, POLO, José Carlos. *O sistema de planejamento e orçamento do setor público brasileiro*. SP. Mimeo. 1993.

Orçamento Programa

Durante os anos 60 o conceito de orçamento programa gerou substancial interesse, especulação, experimentação e literatura em negócios e em todos os níveis de governo no mundo ocidental. Com a introdução dessa idéia de administração, iniciada na metade daquela década, muitas e variadas atividades foram realizadas em seu nome.

O Orçamento-programa, por David Novick, é um sistema de gerenciamento que têm dez grandes etapas, assim estabelecidas¹²:

1. Definição dos objetivos da organização em termos específicos tanto quanto possível;
2. Determinação dos programas, incluindo possíveis alternativas, para alcançar os objetivos definidos;
3. Identificação dos maiores problemas a serem resolvidos na formulação dos objetivos e/ou no desenvolvimento de programas;
4. Em ciclo anual, com subdivisões apropriadas aos passos de planejamento, programação e orçamentação, assegurar uma proposta aproximada e considerar intervalos convenientes para análises e decisões em todos os níveis de gerenciamento;
5. Contínuo reexame dos resultados dos programas em relação a custos e pagamentos antecipados, para determinar necessidades de mudanças nos programas e objetivos tal como estabelecidos originalmente;
6. Reconhecimento das questões e outros problemas que exigem mais tempo que o especificado no ciclo anual, para que possam ser explicitamente

¹² - NOVICK, David. *What Program Budgeting Is and Is Not.*, In HYDE, Albert. C., *Government Budgeting. Theory, Process, Politics*. Cap. 29, pg. 342-8. Washington. 1990.

identificados e relacionados separadamente do período em foco para conclusão em dois ou mais anos como assuntos sujeitos a uma avaliação mais profunda;

7. Análises de programas e suas alternativas em termos de resultados prováveis e ambos os custos diretos e indiretos;
8. Desenvolvimento de ferramentas analíticas necessárias para medição de custos e benefícios;
9. Desenvolvimento de cada ano de um programa plurianual e plano financeiro com pleno reconhecimento de que fato que em muitas áreas alocação de recursos nos anos próximos exigem projeções de planos e programa e suas solicitações por dez ou mais anos no futuro;
10. Adaptação da contabilidade existente e dos sistemas de relatórios estatísticos para prover alimentação dos planos e programações, bem como a continuação das informações sobre os recursos neles usados e ações realizadas para implementar os programas.

Assim, é a ênfase no objetivo do gasto, a principal característica do orçamento-programa, que o distingue dos métodos mais tradicionais ¹³. O orçamento tradicional identifica os gastos pela sua natureza: pessoal, material de consumo, obras etc. realizados pelas diferentes unidades de uma organização.

A idéia de que a elaboração do orçamento anual é uma etapa do processo de planejamento é exatamente o que caracteriza o método de decisão orçamentária que denominamos simplesmente de orçamento-programa. De maneira explícita, a aplicação de orçamento-programa inclui:

- a) avaliação e comparação dos diferentes programas desenvolvidos pelo Governo em termos de sua contribuição para os objetivos nacionais;

¹³ - REZENDE, Fernando. *Finanças Públicas*, SP. Ed. Atlas, 1994, pág. 101

- b) determinação de como objetivos preestabelecidos podem ser atingidos com um mínimo dispêndio de recursos;
- c) projeção das ações governamentais para um horizonte de tempo superior ao período usual de um ano; e
- d) revisão dos objetivos, programas e orçamentos à luz da experiência passada e de modificações na conjuntura.

A etapa inicial da implantação do sistema consiste em que, na elaboração do orçamento, as despesas passem a ser classificadas por programas, ao invés de por órgãos, como tradicionalmente de forma a permitir a quantificação do montante de recursos alocados a cada setor. Certas dificuldades para o desenvolvimento de métodos operacionais de avaliação da eficiência e da eficácia nos diferentes programas, bem como dificuldades institucionais, têm impedido que na aplicação prática desse método maior progresso seja conseguido no que respeita à execução de etapas subsequentes¹⁴. Ademais, muitas vezes a própria etapa inicial passa a ser confundida com os objetivos do sistema, de modo que a simples apresentação formal do orçamento sob a forma de programas passa a ser considerada como uma modificação satisfatória, sem que, na verdade, alteração alguma seja efetuada no que se refere à maneira pela qual os recursos são distribuídos pelos diferentes programas. O "orçamento-programa" daí resultante seria, então, apenas uma nova forma de apresentar o orçamento, e não um novo método de decisão orçamentária, conforme estabelece a sua concepção original.

Dessa forma, é importante distinguir-se o "orçamento-programa" como um método de decisão, no que se refere à alocação dos recursos governamentais do orçamento sob a forma de programa, que seria apenas uma maneira de classificar as despesas no orçamento. A experiência nacional e internacional sugere que pouco progresso teria sido alcançado além da mudança na forma de apresentação do orçamento. As razões para esse fato seriam, basicamente, de duas naturezas:

¹⁴ - WILDAVSKY, Aaron. *The Political Economy of Efficiency: Cost Benefit Analysis, Systems Analysis, and Program Budgeting.* "Public Administration Review", n. 26. Dez/1966

- a) técnica, relativas às dificuldades encontradas no estabelecimento de métodos operacionais para a integração das decisões orçamentárias com o planejamento nacional; e
- b) político-institucional, que se referem ao fato de as decisões orçamentárias não incluírem apenas problemas de racionalidade econômica na aplicação dos recursos, devendo considerar também fatores políticos e institucionais¹⁵.

A questão a ser considerada relaciona-se com as dificuldades normalmente encontradas para que seja dada plena consequência a um dos objetivos principais do orçamento-programa, qual seja a análise de alternativas para descobrir qual a forma mais eficaz de atingir os objetivos fixados e como atingí-los com o menor custo possível.

Na administração municipal brasileira, o Orçamento Programa têm se mostrado como importante instrumento auxiliar na elaboração dos programas de trabalho, definindo ainda, previamente as receitas que espera arrecadar e estabelecendo todas as despesas do governo (Executivo e Legislativo) e dos órgãos que o compõem. Este programa de trabalho deve obter aprovação anual do Legislativo. Uma vez aprovado, ao longo do ano, a Prefeitura deve executar as propostas definidas, que constituem, ao mesmo tempo, lei, programa de trabalho e previsão.

Por se tratar de uma lei, o Orçamento contém termos técnicos, termos jurídicos e é elaborado segundo certas normas. No Brasil, a Constituição estabelece, nos artigos 165 e 169, que o Poder Executivo, no caso o Executivo Municipal, é obrigado a elaborar no ano anterior a Lei Orçamentária, estabelecendo a previsão de Despesa e de Receita para o ano seguinte. Esta previsão deve ser enviada à Câmara Municipal para ser aprovada.

¹⁵ - REZENDE, Fernando, op. cit., pág. 52.

De acordo com a Constituição, o projeto de lei orçamentária deverá ser remetido à Câmara até o dia 30 de setembro de cada ano. Caso o prefeito não envie, dentro do prazo legal, o projeto da lei orçamentária, a Comissão de Orçamento da Câmara deve elaborar uma proposta. Se a proposta enviada pelo Executivo for rejeitada pelos vereadores, passa a valer para o exercício o Orçamento do exercício em curso.

O Poder Legislativo tem até o fim do exercício que antecede a entrada em vigor da peça orçamentária para apreciá-lo. Os vereadores têm a atribuição de fazer emendas à proposta do Executivo, indicando simultaneamente, de onde são retirados os recursos e para onde devem ser transferidos. A Câmara não pode, de acordo com o artigo 166, parágrafo 3º, Inciso II, da Constituição Federal, movimentar recursos destinados a pessoal e encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para o Município (repasse dos governos estadual e federal estabelecidos na Constituição).

Não há nenhuma limitação quanto ao valor das emendas. Deste modo, muitas vezes elas são feitas destinando-se valores simbólicos, insuficientes para a realização dos investimentos. A utilização deste mecanismo sem critérios conduz a uma deformação da proposta orçamentária e cria expectativas de melhorias, que poderão não ser atendidas.

O prefeito tem poder para vetar as emendas, antes da publicação oficial da lei. O Poder Legislativo pode ainda manter ou rejeitar os vetos feitos. A Constituição determina também que o Executivo, antes de remeter à Câmara o projeto da lei orçamentária, deve enviar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecendo metas e prioridades da administração pública para orientar a elaboração da lei orçamentária e alterações na legislação tributária, bem como o Plano Plurianual, que compreende metas e prioridades de investimentos (despesas de capital) para quatro anos.

O Orçamento é elaborado de seis a oito meses antes de entrar em vigor e vale por 12 meses. Os valores apresentados tanto para Despesa quanto para Receita constituem uma previsão do que se espera acontecer. É certo que se o orçamento for elaborado criteriosamente a partir de normas técnicas, tende a se aproximar da realidade. No passado, com uma política econômica e fiscal permanentemente instável, as previsões estavam sempre sujeitas às mudanças conjunturais imprevisíveis, determinadas pela ação do Governo Federal.¹⁶

Por isso, o caráter de previsão do orçamento implica em que os recursos nele registrados não constituem necessariamente recursos assegurados. Os recursos chegam ao Tesouro Municipal, semanalmente, afetados diretamente pelo comportamento da economia e do mercado. Assim, a Lei Orçamentária é, na verdade, uma lei autorizativa: os valores ali dispostos constituem um limite de autorização para a administração municipal fazer gastos e não, realmente, o quanto ela deverá gastar durante o ano.

Para corrigir eventuais alterações de previsão, o Executivo pode pedir suplementação de verba à Câmara Municipal. O pedido pode acontecer assim que a proposta orçamentária for apresentada ou ao longo da sua execução. Tradicionalmente, a suplementação tem sido requerida para a recomposição devido à corrosão de seus valores pela inflação, podendo, entretanto, ser solicitada quando se vai iniciar um novo programa de trabalho anteriormente não previsto.

[Atualmente, diversas prefeituras têm procurado instituir mecanismos na lei orçamentária, para que os valores aprovados não sejam afetados pela inflação, dispensando, portanto, a suplementação ao mesmo tempo que lhe confere maior transparência.

¹⁶ - SANCHES, Oswaldo Maldonado. *O ciclo orçamentário: uma reavaliação à luz da Constituição de 1988*. Revista de Administração Pública – RAP: Rio de Janeiro, 27 (4): 54-76 - out./dez/93.

Por indicar as obras e os serviços que se pretende realizar, a Lei Orçamentária, também chamada de Orçamento Programa, constitui o principal instrumento de planejamento administrativo, financeiro e social da cidade e da prefeitura.

Ao se elaborar o Orçamento Municipal, as obras e serviços a serem realizados são programados em forma de Projetos e Atividades para os diversos órgãos da Administração. No Orçamento, os projetos e as atividades são os títulos das ações que cada órgão desenvolverá, onde está dimensionada para o período de um ano, a destinação de recursos financeiros, materiais e humanos para sua execução.

De acordo com a Lei n. 4.320/64, projeto é um conjunto de operações relativas a obras ou serviços públicos, limitadas no tempo, das quais resulta um produto final, como, por exemplo, abertura e pavimentação de vias públicas. Já atividade é um conjunto de operações referentes a serviços públicos, que se realizam de modo contínuo e permanente, necessárias à manutenção e operações das ações governamentais, como, por exemplo, serviços administrativos e financeiros¹⁷.

No Orçamento, o programa de trabalho vem, em primeiro lugar, organizado por órgão. A Despesa vem classificada de acordo com a Unidade Orçamentária (secretaria, superintendência, empresa, fundação, autarquia, etc.), que deverá realizá-la.

Em segundo lugar, em cada unidade orçamentária, as despesas se encontram classificadas de acordo com as Atividades e Projetos, que serão desenvolvidos durante o ano. Cada unidade tem um conjunto próprio de atividades e projetos, definidos por seus técnicos.

Finalmente, o programa de trabalho vem detalhado até o destino que o recurso terá. Para cada atividade ou projeto, a Lei Orçamentária apresenta a classificação dos gastos conforme o Elementos de Despesa. Cada elemento de despesa determina um

¹⁷ - MACHADO JR. José Teixeira, REIS, Heraldo da Costa. *A Lei 4.320 comentada*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, 1990. 264 p.

tipo de gasto, estabelecendo que os recursos são destinados, por exemplo, para gastos com pessoal, com obrigações patronais, equipamentos e materiais permanentes e assim por diante. A Lei n. 4320/64, que normatiza a elaboração de todo orçamento público, é quem determina os elementos de despesa e que trata cada um deles.

O MODELO PARTICIPATIVO DE ORÇAMENTO DE PORTO ALEGRE RS

No Brasil, a prática do orçamento participativo é uma das contribuições de algumas administrações municipais do Partido dos Trabalhadores. A inversão de prioridades preconizada por essas administrações - privilegiar a área social e a infraestrutura básica em detrimento das grandes obras - encontrou no orçamento participativo seu principal aliado¹⁸. Ao permitir que a comunidade apresente suas demandas e defina as prioridades na alocação dos recursos públicos, o orçamento determina um padrão diferente na relação entre poder público e sociedade.

Nas prefeituras onde é posto em prática, a população é chamada a apontar quais são as obras mais importantes para o seu bairro. As prioridades são definidas pelos interessados, que são os próprios moradores. As pessoas de cada bairro se reúnem e discutem, nas assembleias dos conselhos comunitários, as carências da comunidade e avaliam a possibilidade de virem ser supridas pelo poder público. Através desse processo, procuram forçar a utilização dos limitados recursos públicos de forma mais transparente, sem desperdícios, naquilo que realmente é fundamental para os cidadãos. Procura-se que tal engajamento da comunidade não ocorra apenas na fase de elaboração do orçamento (planejamento das ações), como também na fiscalização da sua execução.

Aposta-se na atribuição de prioridades, juntamente com a participação popular, para que a administração municipal trabalhe em função do bem-estar da comunidade e não a favor de interesses particulares.

O processo de elaboração do orçamento público pode ser aperfeiçoado através dessa participação popular no âmbito do município, com a análise e discussão dos problemas e na identificação das soluções que mais de perto dizem respeito a comunidade.

No Brasil, essas experiências participativas foram realizadas, de forma pioneira, em Lages (SC), Boa Esperança (ES), Diadema (SP) e Recife (PE) e, sob o título de "Orçamento Participativo", em experiências recentes, tem-se difundido novos mecanismos de levar a população a participar junto às administrações municipais, visando à mobilização das comunidades para a discussão e eleição de prioridades e para a organização de Conselhos, especialmente, da criação e do aperfeiçoamento de uma metodologia de distribuição dos recursos para investimentos entre os bairros da cidade, de forma a alcançar taxas de investimentos per capita ¹⁹.

A difusão do método dos "Orçamentos Participativos" deu-se nas administrações comandadas pelo Partido dos Trabalhadores e iniciadas em 1989. O sucesso do processo tem como variável fundamental, a capacidade de organização da comunidade e o número de entidades representativas dos segmentos sociais que participem das decisões sobre a programação e, também, sobre o controle e o acompanhamento orçamentário. Sendo assim, maior será a garantia de que o compartilhamento da capacidade decisória com a comunidade é legítimo.²⁰

O modelo de "Orçamento Participativo", de escolha de prioridades de investimentos, onde a administração municipal compartilha as decisões com o poder comunitário, foi implantado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS), ao longo

¹⁸ - GIACOMONI, James. *A comunidade como instância executora do planejamento: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre*, Revista de Administração Pública – RAP 28(2): 47-59, Abr/Jun 1994, Rio de Janeiro

¹⁹ - BOSSOIS, Irene L. *A formulação democrática do orçamento municipal - a experiência de Vila Velha, ES, no período 1983/1986*. Rev. Adm. Municipal RJ, v. 34, n. 184, p. 6-11, jul./set. 1987.

²⁰ - DANIEL, Celso. *Gestão Local e Participação da Sociedade*. Espaço e Debate. São Paulo, 1990. pg. 21-41

das gestões do Prefeito Olívio Dutra (1989-92), de seu sucessor, Prefeito Tarso Genro (1993-96) e se mantém em prática na administração atual de Raul Pont (1997...).

Suas principais características estão descritas mais adiante, com base em dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS.

O "Orçamento Participativo" conta com extensa pauta de atividades:

- Reuniões plenárias de entidades e instituições comunitárias - associações, centros, sociedades de amigos, clubes de mães, associações de pais e mestres etc.
- Assembléias anuais de moradores em cada uma das 16 regiões em que a cidade é especialmente dividida. A principal finalidade dessas assembléias é eleger os representantes de cada região no Conselho e no Fórum do "Orçamento Participativo";
- Conselho do "Orçamento Participativo". É constituído por 32 conselheiros titulares e igual número de suplentes, eleitos anualmente, à razão de dois titulares e dois suplentes para cada uma das 16 regiões da Cidade; 10 conselheiros titulares e igual número de suplentes das 5 Plenárias Temáticas; um representante e um suplente do Sindicato dos Municipiários de Porto Alegre e um representante e um suplente da UAMPA- União das Associações de Moradores de Porto Alegre.
- Fórum do "Orçamento Participativo". É um colegiado constituído por representantes de cada uma das 16 regiões, eleitos anualmente em cada uma das Assembléias Regionais, à razão de um delegado para cada 10 participantes na Assembléia.

No âmbito da Prefeitura Municipal, três unidades fazem interface com os segmentos comunitários: a Coordenadoria de Relações com a comunidade (CRC), a

Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Investimentos e a Coordenadoria de Orçamento, estas duas últimas integrantes do Gabinete de Planejamento (Gaplan).

Em publicidade institucional, a Prefeitura de Porto Alegre define o seu modelo de orçamento participativo como um conjunto de ações no qual a população, por um processo administrado por técnicos e agentes políticos da administração e outros agentes da comunidade, realizam consultas e discutem entre si em grandes assembléias onde são definidos os valores de receita e despesa e em quais investimentos, obras e outras realizações serão aplicados os recursos, obedecidas as prioridades estabelecidas.

A mesma publicidade presta contas de forma bem sucinta de que essa participação da população tem propiciado um gasto eficiente dos recursos públicos, para investimentos importantes na cidade, com montante avaliado em mais de US\$ 700 milhões no período de 1989-1995, com ênfase especial nas obras de infra-estrutura urbana e, ainda, afirma que essa prática comprovou que é fundamental romper as barreiras burocráticas que separam a sociedade civil do Estado para a constituição cidadania livre e ativa e que, em Porto Alegre, os cidadãos conhecem e decidem os negócios públicos e transformam-se em sujeitos de seu próprio futuro.

A funcionalidade do orçamento participativo

Iniciado em 1989, no primeiro ano de gestão da Administração, o Orçamento Participativo, na visão de seus gestores, se apresenta como desafio de executar um ideário de democratização e participação popular na gestão pública. Do debate com a população, a cidade foi dividida imaginariamente em 16 regiões, unificando a cidade formal com a cidade vivenciada pelo movimento popular.

O Processo

Em uma primeira etapa são tratadas as demandas, reivindicações e pleitos de interesse dos moradores são propostos, discutidos e aprovados no âmbito de reuniões e assembléias de entidades e entidades comunitárias. Tais encontros observam uma dinâmica própria e autônoma em relação à Prefeitura Municipal, bem como a calendários.

Logo após, as demandas aprovadas ao nível de cada entidade e hierarquizadas por prioridades são trazidas e defendidas em reuniões e assembléias em nível de região. Esses encontros, em alguns casos na forma de reuniões de federações de entidades, são preparados e organizados visando à definição das prioridades da região para efeito do "Orçamento Participativo". Esta etapa igualmente se desenvolve independentemente de qualquer relação formal com a Prefeitura Municipal. O calendário desses encontros busca, entretanto, compatibilizar-se com os prazos cruciais a que o próprio orçamento municipal está sujeito.

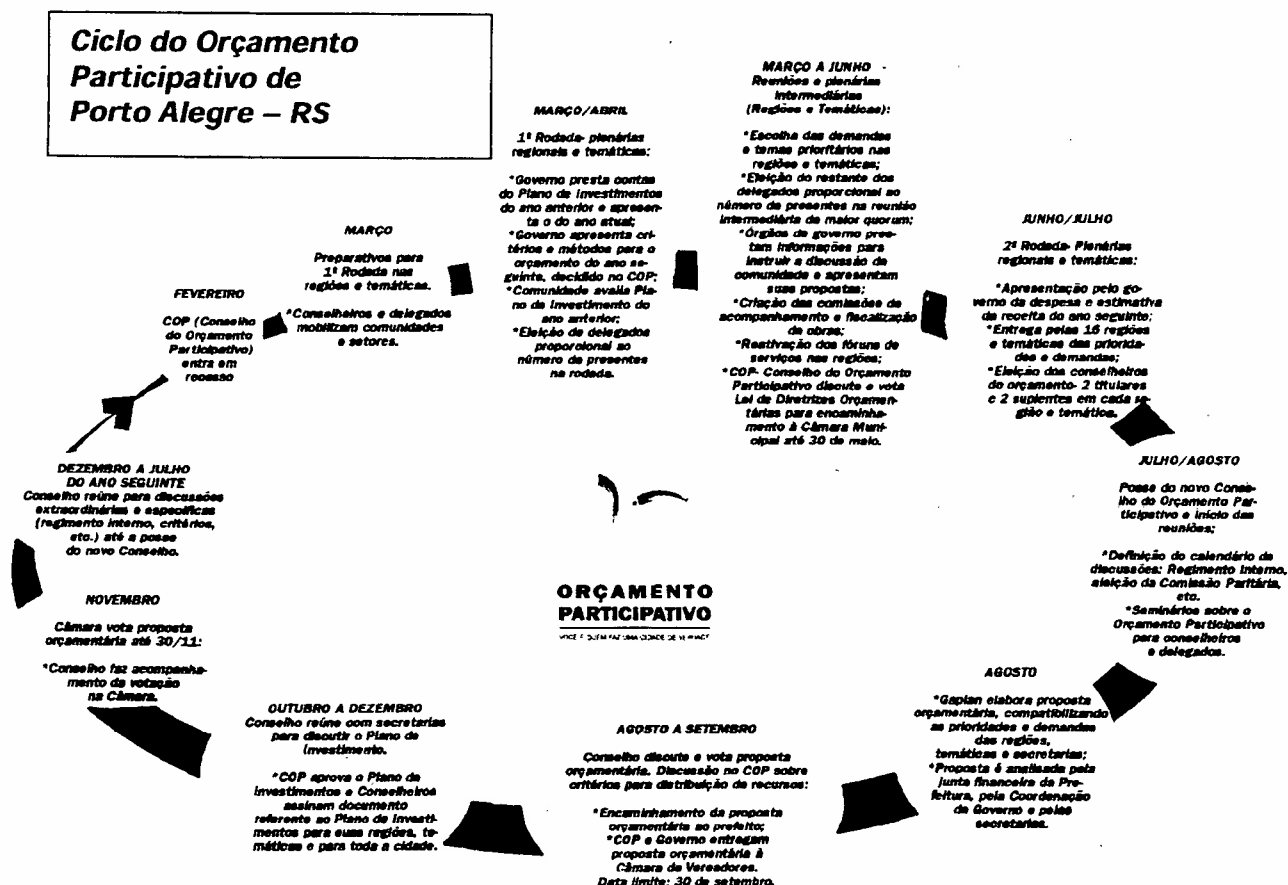
A eleição dos representantes no Conselho do "Orçamento Participativo" e dos delegados ao Fórum do "Orçamento Participativo" são procedidas em assembléias anuais, numa terceira etapa, realizadas em cada região, com a participação aberta a todos os moradores, sendo credenciados para efeito dos eventos eleitorais os maiores de 16 anos. Visando a garantir a padronização dos procedimentos nas escolhas, a Prefeitura Municipal organiza o calendário das Assembléias e preside o desenvolvimento de cada uma.

As reuniões do Conselho do "Orçamento Participativo", são as sessões onde os representantes comunitários tomam conhecimento das finanças municipais e das projeções orçamentárias para o exercício futuro e apresentam e defendem as prioridades das respectivas regiões. As regiões são abertas ao público, com a palavra

assegurada aos conselheiros titulares e suplentes e voto apenas aos titulares, ou a seus substitutos. Desenvolvidas durante alguns meses do ano, essas reuniões constituem o principal evento do processo de orçamentação.

Realizam-se reuniões do Fórum do "Orçamento Participativo", que movimentam um colegiado amplo e tem como objetivo envolver maiores parcelas da comunidade no processo, especialmente, no acompanhamento da execução do plano de investimentos e na própria fiscalização da execução das obras e serviços.

Todas as atividades desenvolvidas observam calendário próprio, como demonstrado no quadro sinótico a seguir.



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS

Metodologia de cálculo para efeito da alocação de recursos às regiões

Os trabalhos do "Orçamento Participativo" têm início com a elaboração do plano dos investimentos a serem implantados em cada região, atendendo às escolhas das próprias comunidades. As prioridades são determinadas, mediante disputa dos recursos orçamentários disponíveis, entre as regiões, utilizando-se de critérios adequados e aprovados por todos os envolvidos.

Tais critérios, bem como a respectiva metodologia são estabelecidos pelo Conselho do "Orçamento Participativo", para cada período de investimentos, nos exercícios anteriores. O modelo adotado se coaduna com os critérios gerais, possuindo pesos apropriados e atribuição de notas. Os pontos alcançados por região em cada uma das áreas (pavimentação, saneamento básico, regularização fundiária etc), são estabelecidos pelo resultado da multiplicação dos pesos pelas notas.

Os critérios gerais e específicos são os seguintes:

Critério	Nota	Peso
Carência do serviço ou infra-estrutura	1 a 5	4
Número de habitantes na região	1 a 4	2
Priorização	1 a 5	4

As pontuações totais são estabelecidas, na prática, através da combinação de vários critérios, como por exemplo:

1. Cada Associação, Comissão de rua, etc, faz levantamento de suas necessidades;
2. Em Assembléia de cada microrregião, as comunidades decidem:
 - A. uma ordem de prioridade por Tema;
 - B. em cada Tema, as demandas hierarquizadas.
3. Consolidação em Assembléia Regional

Resultados obtidos

Da análise procedida dos principais itens dos balanços, referentes aos períodos de 1989-1992 e 1993-1996, passamos a relatar os elementos que mais se destacaram influenciando nas ações governamentais.

Os critérios de conversão e de estabelecimento de valores totais e "per capita" encontram-se definidos no Anexo I do presente trabalho.

As principais fontes de financiamento:

O comportamento das principais receitas

No primeiro período analisado (1989-1992), a Administração do Município de Porto Alegre-RS, fez ajustamentos significativos. Com isso, as suas Receitas Correntes saltaram de R\$ 222 milhões para R\$ 384 milhões, isto é, experimentaram um acréscimo de aproximadamente 73% do primeiro em relação ao último ano de mandato.

Dos números colacionados, denota-se que os correspondentes às Receitas Tributárias (receitas próprias do município – Imposto sobre Propriedade Territorial e Predial Urbanos-ITPU, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis-ITBI), apresentou resultados crescentes nos dois primeiros anos (de R\$77 para R\$ 117 milhões) e se manteve em ascensão nos dois anos seguintes, ainda que com reduzido crescimento (de R\$129 para R\$ 130 milhões).

ADMINISTRAÇÃO OLÍVIO DUTRA (1989-1992)
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ARRECADADAS
Totais Anuais por Categorias Econômicas

Em R\$ mil (*)

CATEGORIAS ECONÔMICAS	1989	1990	1991	1992
RECEITAS CORRENTES	222.160	334.059	341.121	384.061
RECEITA TRIBUTÁRIA	76.723	117.029	129.340	129.688
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	116.877	160.826	159.791	161.513
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	19.552	36.050	17.381	29.602
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	14.399	19.572	17.381	17.092
RECEITAS DE CAPITAL	1.993	3.781	5.701	7.244
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1	0	2.552	6.001
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.338	237	0	727
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	224.154	337.840	346.822	391.305

(*) Valores corrigidos

Em termos de valores per capita, também apresenta resultados significativos, onde a receita tributária é maior que as de transferências de natureza federal e muito próxima das demais transferências, o que demonstra equilíbrio entre os recursos financiadores das ações do município. Em última análise, evidencia que a administração não se mantém passiva diante da necessidade de obter mais recursos para concluir seus projetos.

ADMINISTRAÇÃO OLÍVIO DUTRA (1989-1992)
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ARRECADADAS
Valores Per Capita por Categorias Econômicas

Em R\$(*)

CATEGORIAS ECONÔMICAS	1989	1990	1991	1992
RECEITAS CORRENTES	179,60	267,24	270,04	302,81
RECEITA TRIBUTÁRIA	62,02	93,62	102,39	102,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	94,48	128,66	126,49	127,34
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	15,81	28,84	13,76	23,34
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	11,64	15,66	13,76	13,48
RECEITAS DE CAPITAL	1,61	3,02	4,51	5,71
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	2,02	4,73
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1,08	0,19	0,00	0,57
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	181,21	270,26	274,55	308,52

(*) Valores corrigidos

A evolução das receitas per capita dá mostra da excepcional capacidade do município no que diz respeito a sua administração tributária. Houve, no intervalo, um acréscimo real de 68,60% no grupo referente às receitas correntes, com destaque para aquelas que compõe o grupo de receitas próprias, com 64,86%, cuja evolução

percentual foi superior às componentes do grupo de transferências, ou seja as receitas próprias cresceram além do que todas as outras mais significativas.

Na segunda fase (1993-1996), o aumento da receita foi ainda maior que o anterior, sendo responsável a retomada do crescimento pela economia brasileira e a manutenção do programa de redução da dependência das transferências correntes, via arrecadação de receitas tributárias próprias.

ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ARRECADADAS

Totais Anuais por Categorias Econômicas

Em R\$ mil (*)

CATEGORIAS ECONÔMICAS	1993	1994	1995	1996
RECEITAS CORRENTES	384.447	433.587	494.236	594.663
RECEITA TRIBUTARIA	96.749	136.707	187.396	205.065
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	150.647	195.579	228.328	317.459
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	35.719	27.575	49.487	n.d.
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	20.197	20.784	25.621	n.d.
RECEITAS DE CAPITAL	4.873	7.658	10.238	5.449
OPERAÇÕES DE CREDITO	2.321	4.992	8.319	1.671
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.516	325	346	288
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	389.320	441.245	504.474	600.111

(*) Valores corrigidos

A evolução das receitas próprias foi crescente e positiva, mostrando que a Administração conduziu de forma eficiente as políticas tributárias aplicadas no período em que a economia atravessava uma fase favorável, fazendo as Receitas Correntes saltarem de R\$ 384 milhões, em 1993 para R\$ 595 milhões, em 1996.

Na transição de um governo para outro, pode-se denotar uma redução no valor total da arrecadação das Receitas Tributárias, mas recomposto logo em seguida, nos anos subsequentes. Esse declínio é fenômeno que se tem observado com certa constância também em outros governos. Entre as causas prováveis estão os ajustes que são promovidos nas mudanças da Administração, tais como: alterações de pessoal; tratamento de anistias e remissões nas políticas tributárias de governo; e algumas promessas feitas no clamor das campanhas eleitorais.

ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)**EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ARRECADADAS**

Valores Per Capita por Categorias Econômicas

Em R\$(*)

CATEGORIAS ECONÔMICAS	1993	1994	1995	1996
RECEITAS CORRENTES	301,90	339,12	385,01	461,38
RECEITA TRIBUTÁRIA	75,98	106,92	145,98	159,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	118,30	152,97	177,87	246,31
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	28,05	21,57	38,55	n.d.
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	15,86	16,26	19,96	n.d.
RECEITAS DE CAPITAL	3,83	5,99	7,98	4,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,82	3,90	6,48	1,30
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1,19	0,25	0,27	0,22
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	305,72	345,11	392,98	465,61

(*) Valores corrigidos

Inquestionavelmente, o Plano Real, que modificou, a partir de 1994, a realidade das administrações municipais no Brasil, teve participação determinante no crescimento de toda as receitas, via redução da inflação e de seus efeitos nocivos sobre os recursos arrecadados. Ao tratar dos valores referentes a esse exercício (1994) é necessário lembrar que as receitas podem estar "contaminadas" pela aplicação do fator de conversibilidade estabelecido pela Lei Federal n. 8.880, de 27/05/1994 ²¹.

Ao longo do período de 1989 a 1996, houve crescimento das receitas, prova que a Administração do Município procurou sustentar os meios de financiamentos de suas ações com políticas tributárias realistas, reduzindo a participação relativa de outras fontes, em especial das transferências de outros níveis de governo. Na comparação dos valores médios per capita dos dois períodos administrativos, esse crescimento apontada para um aumento real de 45,90%.

²¹ - A respeito desse assunto, vide Apêndice B, ao final do presente trabalho.

PORTO ALEGRE - RS**COMPARATIVO ENTE AS RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA**

Valores médios Per Capita, por período administrativo

Em R\$(*)

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	(A)	(B)	Δ%
RECEITAS CORRENTES	254,92	371,85	45,87
RECEITA TRIBUTÁRIA	90,07	122,00	35,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	119,24	173,86	45,80
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	20,44	29,39	43,81
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	13,63	17,36	27,32
RECEITAS DE CAPITAL	3,71	5,50	48,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,69	3,38	100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,46	0,48	5,09
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	258,64	377,36	45,90

(*) Valores corrigidos

(A) - ADMINISTRAÇÃO OLÍVIO DUTRA (1989-1992)

(B) - ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)

Quanto a dificuldade de arrecadar recursos através da administração tributária própria, os períodos administrativos de 1989-1992 e 1993-1996 tem perfis bem distintos. Em ambos houve atenção para a inscrição em dívida ativa dos contribuintes faltosos e, conforme se pode depreender da tabela a seguir, as dificuldade de manter-se a cobrança dos impostos variaram bastante entre as duas administrações, talvez indicando a proximidade do esgotamento do modelo adotado.

PORTO ALEGRE - RS**INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA**

Valores per capita

Em R\$(*)

ADMINISTRAÇÃO	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
OLÍVIO DUTRA (1989-1992)	2,49	3,05	13,00	7,53
TARSO GENRO (1993 -1996)	28,11	23,97	25,34	n.d.

(*) Valores corrigidos

A inscrição da dívida ativa tributária engloba, basicamente, os valores lançados a título de IPTU e ISSQN, que são receitas próprias mais importantes do município.

No grupo das Receitas de Capital, as Operações de Crédito (origem de maior parte da Dívida Fundada), tem comportamento variável e dependem dos investimentos anuais programados, de longa maturação. Em termos relativos, os empréstimos anuais contraídos não são significativos em relação as receitas totais, o que implica em concluir-se, que quase nenhum reflexo terá esse item da receita na análise global.

PORTO ALEGRE - RS

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Valores per capita

Em R\$(*)

ADMINISTRAÇÃO	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
OLÍVIO DUTRA (1989-1992)	0,00	-	2,02	4,73
TARSO GENRO (1993 -1996)	1,82	3,90	6,48	1,30

(*) Valores corrigidos

Um indicativo importante, entretanto, é que esse tipo de receita foi pouco acionado durante as duas administrações analisadas, comparativamente à média brasileira das receitas de mesma natureza para idêntico período, conforme se constatará mais adiante.

As principais despesas por função e natureza:

Despesas por funções

Durante o período de 1989-1992, denota-se da avaliação das despesas pelo seu valor "per capita", que aquelas classificadas na função Habitação e Urbanismo foram as mais priorizadas, vez que saltaram de R\$ 36,83, em 1989 para R\$ 77,86, em 1992, seguida de perto das despesas da função Saúde e Saneamento, que de R\$ 37,88 passou para R\$ 62,94. A função Educação e Cultura, em razão da necessidade de aplicação de recursos vinculados passou de R\$ 34,40 para R\$ 60,07 "per capita".

No sentido contrário, o Poder Legislativo teve seu valor reduzido de R\$ 11,69 para R\$ 9,25 e os valores "per capita" das funções Assistência e Previdência e

Transporte, não apresentaram alterações significativas e dignas de observação no período.

Na função Administração e Planejamento estão alocados grande parte dos recursos destinados a folha de pagamento e encargos sociais com pessoal ativo da administração direta. Os totais relativos a essas despesas tiveram uma pequena redução, o que não chega a surpreender, porque foi obtida em decorrência das perdas salariais provocadas pelas altas taxas inflacionárias então experimentadas.

ADMINISTRAÇÃO OLÍVIO DUTRA (1989-1992)

Dispêndio per capita por função de governo

Em R\$

Funções	ano de administração			
	1º	2º	3º	4º
LEGISLATIVA	11,69	9,73	8,95	9,25
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	67,59	64,38	53,13	56,86
EDUCAÇÃO E CULTURA	34,40	41,11	55,30	60,07
HABITAÇÃO E URBANISMO	36,83	59,53	64,21	77,86
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	2,32	2,34	2,46	3,91
SAÚDE E SANEAMENTO	37,88	51,74	66,54	62,94
TRABALHO	0,00	5,26	6,45	3,74
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	50,21	54,81	53,02	53,20
TRANSPORTE	5,23	8,19	7,36	5,30
TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	246,16	297,08	317,42	333,13

(*) Valores Corrigidos

Levando-se em consideração que na função Assistência e Previdência encontram-se alocados os recursos destinados ao pagamento de pensões e aposentadorias, suportados pela Prefeitura do município, e aqueles voltados para a manutenção de programas assistenciais, muito provavelmente tenha ocorrido redução desses últimos, visto que o montante dos salários de funcionários públicos municipais aposentados, arcados por caixa previdenciária própria tendem a ser crescentes ao longo do tempo.

Na administração seguinte (1993-1996), a função Habitação e Urbanismo atingiu valor significativo em 1996, se comparado aos anos anteriores, mas é preciso

ressalvar que nesse ano ocorreram eleições no município. Na mesma função, outro valor digno de registro ocorreu em 1994, ano em que foram realizadas mudanças profundas no padrão monetário (de CR\$ para R\$ - vide anexo II), que afetaram significativamente os valores orçamentários empenhados.

ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)

Dispêndio per capita por função de governo

Em R\$

Funções	ano de administração			
	1º	2º	3º	4º
LEGISLATIVA	9,56	11,78	12,18	13,34
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	66,31	62,85	66,08	71,27
EDUCAÇÃO E CULTURA	62,92	66,35	78,11	75,26
HABITAÇÃO E URBANISMO	68,04	96,99	63,44	110,02
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	2,52	6,45	7,01	7,33
SAÚDE E SANEAMENTO	60,31	75,76	70,49	85,92
TRABALHO	3,71	1,71	8,54	1,93
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	52,95	54,98	69,42	62,36
TRANSPORTE	6,61	10,07	7,47	11,41
TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	332,92	386,94	382,75	438,84

(*) Valores Corrigidos

Na comparação das médias dos valores totais das despesas por funções entre os dois períodos da administração de Porto Alegre-RS, verifica-se que as mesmas cresceram em termos reais 23% da primeira para a segunda gestão.

Nos dois períodos, as despesas médias per capita realizadas na função Habitação e Urbanismo foram as maiores que as destinadas às demais funções, deixando evidentes as prioridades escolhidas pela população e aceitas pela Prefeitura no processo de Orçamento Participativo. As despesas realizadas com Educação e Cultura, Saúde e Saneamento e Administração e Planejamento ocuparam o bloco intermediário.

COMPARATIVO ENTRE AS DESPESAS POR FUNÇÃO

Média dos Valores Per Capita corrigidos, por período administrativo (Em R\$)

Funções	(A)	(B)	Δ%
LEGISLATIVA	9,91	11,72	18,27
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	60,49	66,63	10,15
EDUCAÇÃO E CULTURA	47,72	70,66	48,07
HABITAÇÃO E URBANISMO	59,61	84,62	41,97
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	2,76	5,82	111,18
SAÚDE E SANEAMENTO	54,77	73,12	33,50
TRABALHO	3,86	3,97	2,85
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	52,81	59,93	13,48
TRANSPORTE	6,52	8,89	36,32
Total	298,45	385,36	29,12

(*) Valores Corrigidos

(A) - ADMINISTRAÇÃO OLÍVIO DUTRA (1989-1992)

(B) - ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)

Destaque-se os valores per capita com a manutenção das despesas do Poder Legislativo, que cresceram 18,27% e, devido a sua importância, comparativamente apresentou menor crescimento que os demais dispêndios.

Certas prioridades inverteram-se do primeiro para o segundo período de administração. Em ambos ocupam primeiro lugar a área de habitação e urbanismo, com crescimento na participação relativa, do primeiro para o segundo período de 20,0% para 22%, respectivamente.

O montante destinado a Educação e Cultura ampliou sua proporção de 16,0% para 18,3%. Em Saúde e Saneamento houve pequeno crescimento, de 18,4% para 19,0%, e o valor despendido com Assistência e Previdência apresentou redução de 17,7% para 15,6%. O gasto com a função Transporte permaneceu praticamente inalterado, de 2,2% para 2,3%.

As despesas médias com o Poder Legislativo nos dois períodos avaliados, apresentaram pequena redução em termos relativos, passando de 3,3% para 3,0%. Esse dado é bastante significativo e corrobora a afirmação de que a participação

popular tem um efeito extremamente benéfico no relacionamento entre os dois poderes no município.

Outro dado de importância na análise mostra que o total com as despesas da função Administração e Planejamento teve sua participação reduzida de 20,3% para 17,3%. Levando-se em consideração que o município teve que melhorar sua estrutura interna para tornar efetivos os pleitos formulados pela sociedade e também para processá-los, a redução pode ser traduzida como aumento de eficiência por parte da burocracia instalada.

Despesas por Categoria Econômica

Em razão das crescentes necessidades por serviços, as Despesas Correntes per capita elevaram-se de R\$ 234,28, em 1989 para R\$ 272,65, em 1992. Esse acréscimo pode ser atribuído, em parte, ao processo de participação levado a efeito. Note-se que o total das Receitas Correntes per capita, no mesmo período, oscilou de R\$ 179,60, em 1989 a R\$ 302,81, em 1992, ou seja, no primeiro ano de gestão do Orçamento Participativo a relação Despesa Corrente para Receita Corrente foi negativa, resultando em déficit corrente de R\$ 54,69 per capita. Isso explica também, em parte, o elevado Passivo Financeiro no primeiro ano do exercício que exerceu pressão no resultado para um Saldo Patrimonial negativo e extremamente alto.

Para dar sustentação ao plano de participação popular nos moldes da proposição inicial foi necessário aumentar o valor destinado aos investimentos. As Despesas de Capital per capita saltaram de R\$ 11,88, em 1989 para R\$ 60,48, em 1992. Os investimentos aumentaram de R\$ 6,50, em 1989 para R\$ 55,06. Para auxiliar no financiamento desses investimentos a Prefeitura adotou, como visto anteriormente, uma política tributária bastante forte. Outra parte do sucesso, deve-se à estabilidade

das despesas com pessoal e redução dos valores pagos a título de encargos da dívida interna (amortizações, juros e outros).

ADMINISTRAÇÃO OLÍVIO DUTRA (1989-1992)

REALIZAÇÃO DAS DESPESAS

Valores Per Capita por Categorias Econômicas

Em R\$(*)

CATEGORIAS ECONÔMICAS	ano de administração			
	1º	2º	3º	4º
1. DESPESAS CORRENTES	234,28	263,80	261,85	272,65
2. DESPESAS DE CUSTEIO	135,33	156,96	155,43	164,62
3. PESSOAL	99,17	109,11	107,90	107,65
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	98,95	106,84	106,41	108,03
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	29,19	40,70	46,62	46,21
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	17,54	9,12	2,18	1,72
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	11,88	33,28	55,57	60,48
10. INVESTIMENTOS	6,50	25,05	49,90	55,06
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5,04	5,72	5,68	5,42
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,84	1,25	1,54	1,55
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	4,20	4,47	4,13	3,86
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	246,16	297,08	317,42	333,13

(*) Valores Corrigidos

Entretanto, os valores orçamentários mascaram uma realidade bem diferente. No Balanço Financeiro, os valores da conta "Restos a Pagar" são bastante elevados, mesmo se deduzidos os saldos para o exercício seguinte.

ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO

Valores corrigidos per capita

Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,49	0,44	2,25	1,80
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	64,01	40,43	64,77	53,89
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	12,65	11,68	19,70	15,74

As Despesas Correntes per capita continuaram seu curso de crescimento no intervalo entre 1993 e 1996, de R\$ 279,48 para R\$ 410,62, respectivamente. Houve nesse momento uma modificação do comportamento das principais despesas de custeio, que se elevaram. Nesse bloco de despesas estão compreendidas aquelas

destinadas ao pagamento da folha de pessoal e seus encargos, despesas com os aposentados e pensionistas e as despesas com as transferências, que tiveram expressivo aumento.

ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)

REALIZAÇÃO DAS DESPESAS

Valores Per Capita por Categorias Econômicas

Em R\$(*)

CATEGORIAS ECONÔMICAS	ano de administração			
	1º	2º	3º	4º
1. DESPESAS CORRENTES	279,48	306,87	334,38	410,62
2. DESPESAS DE CUSTEIO	183,10	199,79	221,91	231,62
3. PESSOAL	110,53	116,92	140,05	164,18
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	96,38	107,08	112,47	179,00
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	40,36	50,07	45,28	108,67
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	n.d.
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	1,33	1,47	2,17	n.d.
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	n.d.
9. DESPESAS DE CAPITAL	53,44	80,07	48,37	28,22
10. INVESTIMENTOS	48,37	71,78	33,06	18,02
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5,06	8,28	12,32	10,03
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2,10	6,75	8,67	n.d.
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	n.d.
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	2,94	1,53	3,65	n.d.
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	n.d.
16. DESPESA ORÇAMENTARIA	332,92	386,94	382,75	438,84

(*) Valores Corrigidos

Em razão do acréscimo das despesas de custeio, os valores das despesas de capital receberam os reflexos dos investimentos do período anterior. Assim, os valores destinados às Despesas de Capital sofreram sensível redução se comparados aos valores do período anterior, apesar do substancial aumento nas Receitas Correntes.

Em 1996, último ano da administração, os valores per capita destinados aos investimentos foram os menores da gestão, apesar do superávit orçamentário obtido.

PORTO ALEGRE -
COMPARATIVO ENTRE AS DESPESAS POR CATEGORIA

Valores médios Per Capita, por período administrativo

Em R\$(*)

CATEGORIAS ECONÔMICAS	(A)	(B)	Δ%
1. DESPESAS CORRENTES	258,15	306,91	18,89
2. DESPESAS DE CUSTEIO	153,09	201,60	31,69
3. PESSOAL	105,96	122,50	15,61
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	105,06	105,31	0,24
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	40,68	45,24	11,20
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	7,64	1,66	(78,31)
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	40,30	60,63	50,43
10. INVESTIMENTOS	34,13	51,07	49,66
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5,46	8,56	56,65
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1,29	5,84	351,90
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	4,17	2,71	(35,03)
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTARIA	298,45	367,54	23,15

(*) Valores Corrigidos

(A) - ADMINISTRAÇÃO OLÍVIO DUTRA (1989-1992)

(B) - ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em R\$

Valores corrigidos per capita

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	(54,69)	3,43	8,19	30,16
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,61	3,02	2,49	0,98
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	(53,08)	6,46	10,68	31,14
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	7,67	28,80	51,44	56,62
5. AMORTIZAÇÕES	4,20	4,47	4,13	3,86
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	64,95	26,82	44,89	29,34
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	60,75	22,35	40,75	25,48
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	-	2,02	4,73
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(64,95)	(26,82)	(42,87)	(24,61)

ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$

Valores corrigidos per capita

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
19. ATIVO FINANCEIRO	16,45	15,28	23,82	35,91
20. PASSIVO FINANCEIRO	82,68	44,41	72,29	64,94
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	66,23	29,12	48,47	29,03
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	64,93	43,65	32,25	41,69
23. EM TÍTULOS	-	-	-	-
24. POR CONTRATOS	64,93	43,65	32,25	41,69
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	64,93	43,65	32,25	41,69
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	131,16	72,77	80,71	70,72
28. SALDO PATRIMONIAL	(123,87)	(64,90)	(62,03)	(55,22)

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Valores corrigidos per capita

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	Em R\$		
	1993	1994	1995
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	22,42	32,25	50,63
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,08	1,50
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	24,42	34,34	52,12
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	50,50	78,54	44,72
5. AMORTIZAÇÕES	2,94	1,53	3,65
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	29,02	45,73	(3,75)
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	26,07	44,20	(7,40)
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,82	3,90	6,48
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTARIO	(27,19)	(41,82)	10,23

ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO

Valores corrigidos per capita

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	Em R\$		
	1993	1994	1995
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,71	1,25	26,92
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	72,77	80,52	40,11
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	27,93	43,15	10,51

ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL

Valores corrigidos per capita

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	Em R\$		
	1993	1994	1995
19. ATIVO FINANCEIRO	27,93	45,92	33,11
20. PASSIVO FINANCEIRO	81,44	89,02	49,77
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	53,52	43,10	16,66
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	37,95	42,91	39,16
23. EM TÍTULOS	-	-	39,16
24. POR CONTRATOS	37,95	42,91	-
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	37,95	42,91	39,16
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	91,47	86,02	55,82
28. SALDO PATRIMONIAL	(34,73)	(48,08)	10,36

O MODELO DE ORÇAMENTO DE CURITIBA

Em Curitiba prevalece o orçamento elaborado com base nas informações colhidas por diversos setores da administração, como parte do planejamento das ações de governo. O planejamento não se constitui num processo de cálculo²², e sim acontece esporadicamente.

Para os técnicos da Prefeitura, o orçamento elaborado anualmente, embora detentor de regularidade, não tem outra função a não ser a execução financeira e o controle contábil das demandas, de maioria burocráticas, de instâncias superiores, não permitindo o desenvolvimento da capacidade de leitura da realidade e de proposição de ações transformadoras.

No planejamento orçamentário, constituem-se objetivos básicos da Administração Pública Municipal a serem contempladas, as prioridades e metas para o exercício seguinte, dispostas por Projetos Estratégicos e Ações do Plano de Governo.

A responsabilidade de acompanhar e estudar o processo de crescimento da cidade de um modo planejado está definida em Lei Municipal, a qual atribui ao IPUCC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. O IPUCC é uma autarquia municipal, também criada por Lei Municipal, em 1965.

O IPUCC tem como principais atribuições elaborar e encaminhar ao Executivo projeto de Lei fixando o Plano Urbanístico de Curitiba, a promoção de estudos e pesquisas para o planejamento integrado do desenvolvimento do Município, a apreciação de projetos de lei e medidas administrativas que possam ter repercussão no

²² - IMAP. Monografia apresentada ao CLAD, para o XI Concurso de Ensayos y Monografías sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública. Brasil 1997.

desenvolvimento da cidade, em todos os seus aspectos, criar condições de implementação e continuidade que permitam uma adaptação constante dos planos setoriais e globais às realidades dinâmicas do desenvolvimento municipal e compatibilizar o planejamento local com as diretrizes do planejamento regional ou estadual.

O IMAP – Instituto Municipal de Administração Pública, de Curitiba, é outra autarquia que auxilia a Administração na tarefa de estimular ações de desenvolvimento e de iniciativas voltadas ao planejamento. Sua principal missão é promover o planejamento administrativo e organizacional com objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

A atuação do IMAP procura dar abrangência estratégica ao desenvolvimento global da Administração Municipal, identificando e promovendo as potencialidades organizacionais e de recursos humanos. Atua de forma integrada com os demais órgãos da Administração Municipal por meio de atividades decorrentes do Plano de Ações e de Projetos, bem como através de solicitações destes órgãos e ainda na forma de prestação de serviços ao público externo, como prefeituras e outras instituições.

Embora todas as ações que cercam a elaboração do orçamento sejam voltadas, quase que na integralidade para o planejamento, através do IMAP e do IPUCC, a responsabilidade pela coordenação da elaboração orçamentária cabe à Secretaria Municipal de Finanças, que determina: o calendário de atividades para elaboração dos orçamentos; a elaboração e distribuição dos quadros que compõem as propostas parciais da administração direta, fundos, autarquias, fundações e sociedades de economia mista; e as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos.

O material que compõe a proposta parcial do orçamento, é recepcionado através do Sistema Integrado de Administração Pública - SIAP.

A Secretaria Municipal de Finanças é, ainda, responsável pela publicação, juntamente com a lei orçamentária anual, do Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, especificando por projeto e atividade os elementos de despesa de cada unidade orçamentária, contidos no Orçamento Fiscal e as normas para execução orçamentária.

Resultados obtidos

Da análise procedida dos principais itens dos balanços, referentes aos períodos de 1989-1992 e 1993-1996, passamos a relatar os elementos que mais se destacaram influenciando nas ações governamentais.

Os critérios de conversão e de estabelecimento de valores totais e "per capita" encontram-se definidos no Anexo I do presente trabalho.

As principais fontes de financiamento:

O comportamento das principais receitas

O primeiro período analisado (1989-1992), da Administração do Município de Curitiba, também mostrou que houve forte ajuste nas Receitas Tributárias, atendendo, assim, ao chamamento da Constituição Federal de 1988. A manutenção das Receitas Tributárias em crescimento numa economia com altas taxas de inflação demonstra que o sistema tributário utilizado previa indexação de seus tributos. Ademais, o país vivia naquele momento, situações de perplexidade e inusitadas, tanto do ponto de vista político, com eleições diretas para a Presidência da República, como do ponto de vista econômico e financeiro, com a mudança para um novo padrão monetário, que selou o retorno do Cruzeiro (1990), com confisco de poupanças e outras ações de política econômica que afetaram a vida do cidadão e das empresas de um modo geral. Os

únicos não afetados foram justamente os governos, aos quais era permitido converter os valores de impostos não pagos e valores de tributos inscritos em dívida ativa pelo recebimento desses mesmos valores, devidamente convertidos pela paridade estabelecida. Assim, havia uma troca de titularidade da moeda antiga (Cruzado Novo), que convertida em moeda nova era desbloqueada, para "os cofres do erário municipal".

A economia voltou a funcionar normalmente, permitindo que novos recursos afluíssem para o Poder Público na forma de tributos devidamente indexados. Isso explica, em parte, o crescente volume de recursos que ingressaram nesse período.

JAIME LERNER (1989-1992)
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ARRECADADAS

Totais Anuais por Categorias Econômicas

Em R\$ mil

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
1. RECEITAS CORRENTES	294.012	431.645	510.037	413.974
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	90.877	120.180	153.876	114.307
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	118.694	168.192	157.288	142.307
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	22.661	30.198	30.901	29.427
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	18.372	24.464	21.726	21.365
6. RECEITAS DE CAPITAL	2.270	2.125	5.888	1.130
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.389	-	-	-
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	849	253	-	872
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	296.283	433.769	515.925	415.104

(*) Valores corrigidos

Na média dos valores, as Receitas Correntes representam 99,31% do total, sendo as principais a Receita Tributária, com 28,9% e as Transferências Correntes, com 35,31%. Essa proporção demonstra a clara intenção do governo local em reduzir sua dependência dos valores transferidos por outros níveis de governo. As Receitas de Capital representaram, na média, 0,7% sobre as receitas médias totais.

Com o crescimento das Receitas Correntes houve significativa melhora da margem de autofinanciamento, permitindo ao Poder Executivo aumentar o total

destinado os novos investimentos sem a realização de Operações de Crédito, que faz crescer o volume da dívida de longo prazo.

As receitas de transferências de outros níveis de governo também aumentaram de volume, corroborando o que foi escrito anteriormente. Cresceram em 1989, como reflexo da reforma tributária interposta pela Constituição Federal de 1988, que mudou as proporções da distribuição de importantes tributos federais e estaduais, tais como o Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. A mudança na Presidência da República e os planos econômicos que se seguiram ajudaram a manter o crescimento dessas receitas.

Em termos per capita, os valores das Receitas Tributárias são significativos e muito próximos à média de arrecadação de todos os Municípios-Capitais do Brasil.

JAIME LERNER (1989-1992)

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ARRECADADAS

Valores Per Capita por Categorias Econômicas

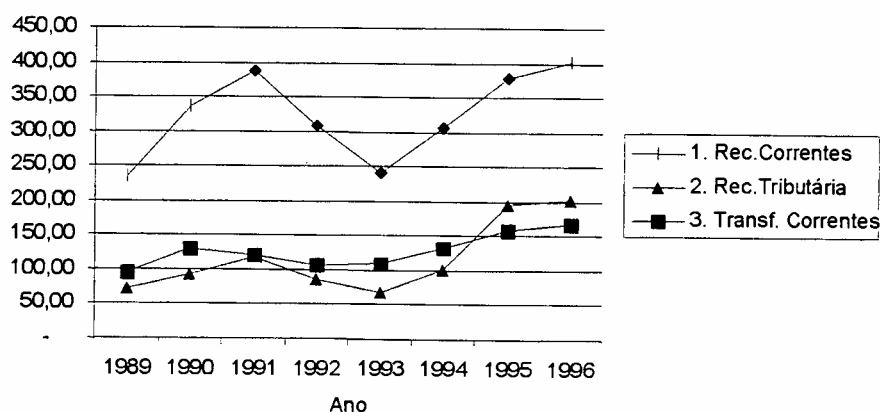
Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
1. RECEITAS CORRENTES	234,22	336,21	388,42	307,97
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	72,40	93,61	117,19	85,04
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	94,56	131,01	119,78	105,87
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	18,05	23,52	23,53	21,89
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	14,64	19,06	16,55	15,89
6. RECEITAS DE CAPITAL	1,81	1,65	4,48	0,84
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,11	-	-	-
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,68	0,20	-	0,65
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	236,03	337,86	392,91	308,81

(*) Valores corrigidos

O período seguinte de governo municipal foi novamente afetado por modificações importantes na economia. Com nova troca de padrão monetário, dessa vez reduzindo a inflação drasticamente, o plano econômico trouxe melhora para as receitas municipais, fazendo com que retornassem seu curso de crescimento.

Curitiba Receitas Per Capita - 1989/1996



As Receitas Tributárias voltaram a crescer após 1993, primeiro ano do novo Prefeito. Nas mudanças de equipes de governo isso frequentemente ocorre, visto ser necessário fazer adaptações e alterações para acomodar nova filosofia de trabalho, condizente com os planos do novo governante que se instala. É importante que se note que a inflexão, vista no gráfico que demonstra a evolução das Receitas Correntes per capita do município, é responsabilidade quase exclusiva das Receitas Tributárias, pois as de natureza de transferências tiveram pouca influência. No primeiro ano do novo mandato o governo municipal se preparou para uma nova fase de crescimento de suas Receitas Tributárias.

Não menos significativa foi a mudança de patamar das Receitas Tributárias que inverteram de posição em importância com as Receitas de Transferências Correntes, superando-as nos últimos dois anos, criando um marco na administração municipal. No último ano, as Receitas Tributárias representaram nada menos que 50% do total das Receitas Correntes, mostrando a capacidade do governo municipal de gerir suas próprias políticas tributárias.

RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)**EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ARRECADADAS**

Em R\$ mil

Totais Anuais por Categorias Econômicas

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995	1996
1. RECEITAS CORRENTES	330.507	430.564	544.209	534.341
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	93.411	140.097	281.522	269.811
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	149.896	187.458	226.343	221.744
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	34.533	31.946	44.645	n.d.
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	25.170	25.983	33.538	n.d.
6. RECEITAS DE CAPITAL	10.032	13.799	9.381	76.440
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.839	13.752	7.316	52.521
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	167	31	2.022	21.905
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	340.538	444.363	553.591	610.780

(*) Valores corrigidos

Esse período marca, também, o retorno dos aportes de Operações de Crédito, muito pouco utilizadas no período anterior.

RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)**EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ARRECADADAS**

Em R\$

Valores Per Capita por Categorias Econômicas

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995	1996
1. RECEITAS CORRENTES	240,18	305,65	377,38	401,44
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	67,88	99,45	195,22	202,70
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	108,93	133,07	156,96	166,59
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	25,10	22,68	30,96	n.d.
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	18,29	18,45	23,26	n.d.
6. RECEITAS DE CAPITAL	7,29	9,80	6,51	57,43
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7,15	9,76	5,07	39,46
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,12	0,02	1,40	16,46
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	247,47	315,44	383,89	458,87

(*) Valores corrigidos

A evolução e importância das Receitas Tributárias no município de Curitiba, ficam mais evidentes quando comparadas, pela média dos valores per capita, nos dois períodos de governo. Observa-se que essa receita alcança 53,5% de acréscimo do primeiro para o segundo período de mandato.

CURITIBA -**COMPARATIVO ENTRE AS RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA**

Valores médios per capita, por período administrativo

Em R\$(*)

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	(A)	(B)	Δ%
1. RECEITAS CORRENTES	316,71	331,16	4,56
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	92,06	141,31	53,51
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	112,80	141,39	25,34
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	21,75	26,24	20,66
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	16,53	20,00	20,96
6. RECEITAS DE CAPITAL	2,20	20,25	821,92
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,28	15,36	5.451,96
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,38	4,50	1.082,78
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	318,90	351,42	10,20

(*) Valores corrigidos

(A) JAIME LERNER (1989-1992)

(B) RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)

Corroboram as análises anteriores os valores per capita inscritos em Dívida Ativa. Chamam a atenção pela regularidade dos valores e por serem de pequeno vulto, mostrando a consistência do tratamento da política tributária do município.

CURITIBA - PR**INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA**

Valores per capita corrigidos

Em R\$

ADMINISTRAÇÃO	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
JAIME LERNER (1989-1992)	1,52	2,66	4,27	2,46
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)	0,09	2,04	2,64	n.d.

As Receitas de Capital apresentam movimentos bem distintos nos dois governos municipais. No primeiro, em decorrência dos superávits correntes auferidos, não houve intenção de financiar-se obras e investimentos utilizando-se desse tipo de receitas. Por outro, no segundo período, comparativamente ao primeiro, a captação foi muito maior.

CURITIBA - PR
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Valores per capita corrigidos

Em R\$

ADMINISTRAÇÃO	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
JAIME LERNER (1989-1992)	1,11	-	-	-
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)	7,15	9,76	5,07	39,46

As principais despesas por função e natureza

Despesas por funções

No período de 1989-1992, denota-se da avaliação das despesas pelo seu valor "per capita", que aquelas classificadas na função Educação e Cultura foram, em razão da necessidade de aplicação de recursos vinculados, as mais priorizadas e saltaram de R\$ 50,87, em 1989 para R\$ 79,06, em 1992.

Na função Administração e Planejamento estão alocadas a maior parte dos recursos destinados a folha de pagamento e encargos sociais com pessoal ativo da administração direta. Os totais relativos a essas despesas tiveram um crescimento, de R\$ 41,41, em 1989 para R\$ 64,22, em 1992.

A função Habitação e Urbanismo, terceira na ordem de prioridade da administração municipal, cresceu de R\$39,64, em 1989 para R\$ 55,43, em 1992. A função Transporte, cresceu de R\$ 20,73 para R\$ 51,07.

As funções Saúde e Saneamento e Assistência e Previdência tiveram seus valores per capita praticamente estabilizados em R\$31,31 e R\$33,04, em 1989 e R\$33,02 e R\$ 29,56, em 1992, respectivamente.

As demais funções, não apresentaram alterações significativas e dignas de observação no período.

ADMINISTRAÇÃO JAIME LERNER (1989-1992)

Dispêndio per capita por função de governo

Em R\$

Funções	ano de administração			
	1º	2º	3º	4º
LEGISLATIVA	8,92	9,23	16,84	17,00
JUDICIÁRIA	1,30	1,23	1,38	1,81
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	41,41	51,69	53,78	64,22
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	1,97	2,53	4,40	7,60
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3,28	4,67	3,44	7,41
EDUCAÇÃO E CULTURA	50,87	64,51	67,85	79,06
HABITAÇÃO E URBANISMO	39,64	49,51	52,00	55,43
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,17	0,07	0,00	0,00
SAÚDE E SANEAMENTO	31,31	28,36	32,72	33,02
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	33,04	22,58	28,68	29,56
TRANSPORTE	20,73	40,64	47,32	51,07
TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	232,64	275,03	308,42	346,18

(*) Valores Corrigidos

Os valores per capita destinados ao Poder Legislativo variaram de R\$ 8,92, em 1989 para R\$ 17,00, para 1992, que representa um significativo aumento de 91%. Apresentaram pequeno declínio em 1993, com R\$ 12,31 para, posteriormente, retomar valor muito superior em 1996, com R\$ 25,58.

As funções Educação e Cultura e Administração e Planejamento continuaram, no período seguinte na mesma ordem de prioridade.

As funções Assistência e Previdência e Saúde e Saneamento inverteram de prioridades no período de 1993-1996.

A função Transporte teve reduzido sua participação, transpondo parte de seus recursos para a função Defesa Nacional e Segurança Pública.

ADMINISTRAÇÃO RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)

Dispêndio per capita por função de governo

Em R\$

Funções	ano de administração			
	1º	2º	3º	4º
LEGISLATIVA	12,31	14,98	22,67	25,58
JUDICIÁRIA	1,47	1,69	3,85	8,49
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	84,66	97,23	107,26	92,92
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	6,69	7,92	8,53	47,64
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	4,87	2,45	1,24	6,94
EDUCAÇÃO E CULTURA	52,63	71,19	95,07	105,64
HABITAÇÃO E URBANISMO	44,65	61,94	55,01	65,72
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,14	0,75	0,87	1,21
SAÚDE E SANEAMENTO	32,07	49,86	35,38	49,26
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	36,51	44,23	50,17	53,45
TRANSPORTE	34,97	60,36	31,78	29,53
TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	310,98	412,60	411,85	486,38

(*) Valores Corrigidos

Em termos de participação relativa das despesas empenhadas, os valores médios apontam para um crescimento nos dispêndios da função Administração e Planejamento, com 18,2%, no período 1989-1992 e 23,6%, no período 1993-1996.

Educação e Cultura apresentou redução da participação relativa de 22,6% para 20%. Saúde e Saneamento e também sofreu redução do primeiro para o segundo período administrativo, e passou de 10,8% para 10,3%. Assistência e Previdência cresceu de 9,8% para 11,4%. Habitação e Urbanismo 16,9% para 14,0% e Transporte 13,7 para 9,7%

A preocupação crescente com a segurança fez as despesas com a função Defesa Nacional e Segurança Pública crescerem no montante global de 1,4% para 4,4%.

O Legislativo manteve sua participação constante com pequeno crescimento, de 4,5% no período 1989-1992 para 4,7%, no período 1993-1996.

COMPARATIVO ENTRE AS DESPESAS POR FUNÇÃO

Média dos Valores Per Capita, por período administrativo (Em R\$)

Funções	(A)	(B)	Δ%
LEGISLATIVA	13,00	18,88	45,28
JUDICIÁRIA	1,43	3,87	170,76
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	52,77	95,52	81,00
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	4,13	17,70	328,82
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	4,70	3,88	(17,50)
EDUCAÇÃO E CULTURA	65,57	81,13	23,73
HABITAÇÃO E URBANISMO	49,14	56,83	15,64
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,06	0,74	1.106,10
SAÚDE E SANEAMENTO	31,35	41,64	32,83
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	28,47	46,09	61,91
TRANSPORTE	39,94	39,16	(1,96)
TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	290,57	405,45	39,54

(*) Valores corrigidos

(A) JAIME LERNER (1989-1992)

(B) RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)

Despesas por Categoria Econômica

Em razão das crescentes necessidades por serviços, as Despesas Correntes per capita elevaram-se de R\$ 203,53, em 1989 para R\$ 258,46, em 1992. Note-se que o total das Receitas Correntes per capita, no mesmo período, variou de R\$ 234,22, em 1989 a R\$ 307,97, em 1992, resultando em superavit corrente em todos os exercícios. O comportamento das Receitas levou a administração experimentar um fato sem precedentes de superávits financeiros sucessivos por três anos (1989-1991).

Os valores destinados aos investimentos aumentaram de R\$ 23,09, em 1989 para R\$ 75,91, em grande parte financiada com recursos de uma política tributária forte. Outra parte do sucesso, deve-se à estabilidade das despesas com pessoal e encargos.

ADMINISTRAÇÃO JAIME LERNER (1989-1992)
REALIZAÇÃO DAS DESPESAS

Valores Per Capita por Categorias Econômicas

Em R\$(*)

CATEGORIAS ECONÔMICAS	ano de administração			
	1º	2º	3º	4º
1. DESPESAS CORRENTES	203,53	215,06	227,04	258,46
2. DESPESAS DE CUSTEIO	169,71	171,67	181,15	205,01
3. PESSOAL	124,97	111,92	116,11	137,25
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33,82	43,39	45,89	53,45
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	13,44	20,82	18,73	22,86
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	0,04	0,04	0,03
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	1,67	1,54	1,26	3,42
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	29,11	59,97	81,38	87,72
10. INVESTIMENTOS	23,09	56,64	72,55	75,91
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5,70	3,23	7,08	8,74
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1,40	1,87	4,02	5,31
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	4,29	1,35	3,06	3,43
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	232,64	275,03	308,42	346,18

(*) Valores Corrigidos

Nesse primeiro período, a conta de Restos a Pagar foi pouco acionada e os valores demonstravam uma tendência, quase que perene, ao equilíbrio, em decorrência do planejamento e do apego ao gasto disciplinado.

ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO

Valores corrigidos per capita

Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2,33	0,81	19,18	12,08
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	15,37	37,19	38,20	32,49
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	23,47	101,01	134,99	11,95

As Despesas Correntes per capita continuaram crescendo no intervalo entre 1993 e 1996, de R\$ 234,78 para R\$ 371,81.

ADMINISTRAÇÃO RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)
REALIZAÇÃO DAS DESPESAS

Valores Per Capita por Categorias Econômicas

Em R\$(*)

CATEGORIAS ECONÔMICAS	ano de administração			
	1º	2º	3º	4º
1. DESPESAS CORRENTES	234,78	306,68	337,03	371,81
2. DESPESAS DE CUSTEIO	181,34	217,33	255,09	290,25
3. PESSOAL	112,47	121,62	155,63	171,23
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53,44	89,35	81,93	81,55
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	21,57	30,10	36,00	35,76
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,02	0,02	0,02	n.d.
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	8,21	31,16	14,28	n.d.
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	n.d.
9. DESPESAS DE CAPITAL	76,20	105,91	74,82	114,57
10. INVESTIMENTOS	47,33	89,50	64,81	108,84
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	28,23	14,77	8,58	3,88
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1,73	9,21	4,43	n.d.
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	n.d.
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	26,50	5,56	4,15	n.d.
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	n.d.
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	310,98	412,60	411,85	486,38

(*) Valores Corrigidos

Mesmo com acréscimo das despesas de custeio, os valores das despesas de capital apresentaram crescimento no período. Os valores destinados aos Investimentos aumentaram se comparados aos valores do período anterior, apesar do substancial aumento nas Despesas Correntes.

Em 1996, último ano da administração, os valores per capita destinados aos investimentos foram os maiores da gestão, provocando um déficit orçamentário, o único da administração no período.

CURITIBA - PR**COMPARATIVO ENTE AS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA**

Valores médios Per Capita, por período administrativo

Em R\$(*)

Categoria Econômica	(A)	(B)	Δ%
1. DESPESAS CORRENTES	226,02	312,57	38,29
2. DESPESAS DE CUSTEIO	181,89	236,00	29,75
3. PESSOAL	122,56	140,24	14,42
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44,14	76,57	73,48
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	18,96	30,86	62,74
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,03	0,02	(21,42)
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	1,97	17,88	807,67
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	64,54	92,88	43,89
10. INVESTIMENTOS	57,05	77,62	36,06
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6,19	13,87	124,19
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3,15	5,12	62,69
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	3,04	12,07	297,66
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	290,57	405,45	39,54

(*) Valores Corrigidos

(A) JAIME LERNER (1989-1992)

(B) RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em R\$

Valores corrigidos per capita

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	30,69	121,15	161,38	49,50
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,70	1,65	4,48	0,84
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	31,39	122,81	165,87	50,35
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	24,82	58,62	78,32	84,29
5. AMORTIZAÇÕES	4,29	1,35	3,06	3,43
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	(2,28)	(62,84)	(84,49)	37,37
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	(6,57)	(64,19)	(87,55)	33,94
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,11	-	-	-
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	3,39	62,84	84,49	(37,37)

ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO

Valores corrigidos per capita

Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2,33	0,81	19,18	12,08
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	15,37	37,19	38,20	32,49
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	23,47	101,01	134,99	11,95

ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL

Valores corrigidos per capita

Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
19. ATIVO FINANCEIRO	23,47	101,01	134,99	11,95
20. PASSIVO FINANCEIRO	18,35	37,99	38,54	40,69
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	(5,12)	(63,01)	(96,46)	28,74
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	65,16	37,09	30,97	34,07
23. EM TÍTULOS	-	-	-	-
24. POR CONTRATOS	65,16	37,09	30,97	34,07
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	65,16	37,09	30,97	34,07
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	60,04	(25,92)	(65,49)	62,81
28. SALDO PATRIMONIAL	19,58	37,22	93,67	13,72

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Valores corrigidos per capita

Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	5,40	(1,03)	40,35
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,14	0,03	1,43
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	5,54	(1,00)	41,78
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	49,70	100,35	70,67
5. AMORTIZAÇÕES	26,50	5,56	4,15
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	70,66	106,91	33,04
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	44,16	101,35	28,89
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7,15	9,76	5,07
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(63,51)	(97,15)	(27,96)

ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO

Valores corrigidos per capita

Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,53	0,60	3,50
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	45,44	81,69	53,40
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	21,56	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	13,65	5,72	5,02

ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL

Valores corrigidos per capita

Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995
19. ATIVO FINANCEIRO	13,65	5,72	5,03
20. PASSIVO FINANCEIRO	78,44	105,72	94,17
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	64,78	99,99	89,14
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	41,59	38,40	35,10
23. EM TÍTULOS	-	-	-
24. POR CONTRATOS	41,59	38,40	35,10
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	41,59	38,40	35,10
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	106,37	138,40	124,24
28. SALDO PATRIMONIAL	23,70	(51,01)	(19,25)

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A aferição de qual modelo se apresenta mais eficaz ou redundante melhor alocação de recursos públicos municipais não é o enfoque principal da pesquisa desenvolvida. Entretanto, examinando-se os dados dos dois municípios, alguns resultados revelam peculiaridades interessantes de cada um deles.

Ambos os modelos analisados apresentam, como ponto comum, um enfoque especial na administração de suas receitas próprias visando a redução do grau de dependência dos recursos oriundos de outras esferas de governo, utilizando, para tanto, os instrumentos legais existentes com vistas a elevar suas fontes de financiamento. Nota-se que as Receitas Tributárias cresceram significativamente nos períodos analisados. Tal crescimento é decorrente da necessidade, que se acentua continuamente, de financiamento das ações do governo local, frente as exigências de suas comunidades e de outros dispositivos constitucionais e legais.

Dos dados obtidos, elegemos para análise comparativa os gastos per capita com o Legislativo, que diferem em muito entre as duas cidades e, por isso, foram tomados como exemplo de maior discrepância nos modelos. A comparação orçamentária é utilizada, também, para comprovar que o modo de participação influencia diretamente sobre o montante dispendido com a Câmara de Vereadores. Onde há influência direta da população nas escolhas de investimentos, esses gastos com o Legislativo tendem a ser menores do que aqueles em que a participação é mais distante, considerando que as funções exercidas pelo Legislativo em ambas as cidades devam ser as mesmas, os valores envolvidos são elucidativos, como veremos adiante.

RECEITAS

Relatamos que vários foram os fatores que influenciaram o crescimento das receitas nos municípios, tais como: a reforma tributária, da Constituição Federal de 1988; os planos econômicos Collor(1990) e Real(1994); e, as modificações internas promovidas nas estruturas tributárias. Esse movimento positivo das receitas, nos quais se pode incluir também os municípios não-capitais, foram mais expressivos nas receitas correntes²³ e pode ser melhor compreendido se examinados minuciosamente os principais itens que a compõe.

Para enriquecer a análise comparativa entre os municípios estudados, fez-se a adução dos valores médios per capita arrecadados por todos os municípios-capitais. A inclusão desses valores tem por objetivo ilustrar, com mais elementos, o exame simultâneo entre os resultados encontrados.

RECEITAS CORRENTES

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	243,02	276,07	313,33	264,62
Capitais do Brasil (1993-1996)	234,62	297,40	378,37	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	234,22	336,21	388,42	307,97
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	240,18	305,65	377,38	401,44
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	179,60	267,24	270,04	302,81
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	301,90	339,12	385,01	461,38

As Receitas Tributárias próprias cresceram muito em termos reais, em especial de 1994 em diante. Isso pode ser explicado, em grande parte, pela modificação dos patamares inflacionários - até então muito elevados e que geravam perdas substanciais mesmo com os mecanismos de indexação existentes na época -, para níveis mais baixos.

²³ - AFONSO, José Roberto R., *EVOLUÇÃO REAL E ESTRUTURA DA RECEITA DOS MUNICÍPIOS NÃO-CAPITAIS: 1988-1991*, SP. Mimeo. Agosto/92.

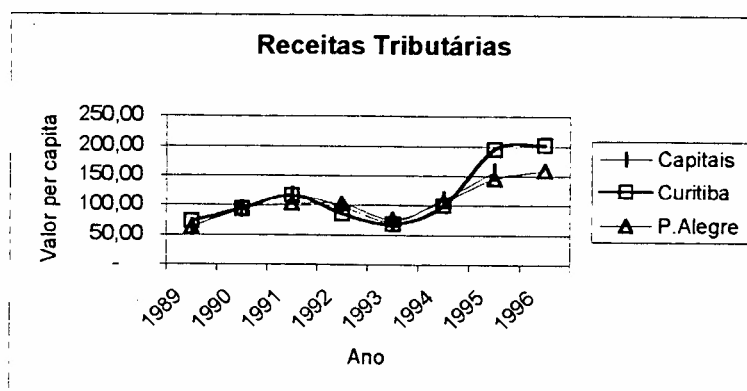
RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	62,74	93,89	117,43	97,64
Capitais do Brasil (1993-1996)	72,36	110,43	157,99	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	72,40	93,61	117,19	85,04
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	67,88	99,45	195,22	202,70
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	62,02	93,62	102,39	102,25
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	75,98	106,92	145,98	159,10

Na confrontação dos valores per capita dessas receitas, detecta-se similaridade de comportamento em relação às médias realizadas pelo conjunto de municípios-capitais brasileiros, tanto que, no período compreendido entre 1989 e 1994, as inclinações das curvas e suas inflexões são muito próximas umas das outras.



Do ano de 1994 em diante, a inclinação da curva das receitas próprias de Porto Alegre manteve-se em crescimento mas, devido a uma inesperada elevação da inadimplência de seus contribuintes, registrada nos apontamentos de inscrição em Dívida Ativa, ficou abaixo da curva de receitas próprias da cidade de Curitiba. Decerto, não fosse a inadimplência, as curvas de arrecadação de natureza tributária de ambas as cidades continuariam muito próximas. Para tornar efetiva essa constatação bastaria acrescentar aos valores médios arrecadados por período administrativo aqueles inscritos em Dívida Ativa, como indicado na tabela abaixo.

Receita Tributária e Dívida Ativa

Valores médios per capita por período administrativo

Prefeitos e Locais	Receita Tributária	Inscrição em Dívida	Total
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	92,06	2,73	94,79
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	141,31	1,59	142,90
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	90,07	6,52	96,59
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	122,00	25,80	147,80

A situação de inadimplência em Porto Alegre pode estar associada a um início de esgotamento do modelo de política tributária por ela adotado, potencializada, ainda, por um possível questionamento de parte da população contrária ao governo e descontente com a aplicação dessas receitas em programas para os quais não confiaram seu voto. No primeiro período (1989-1992), em média, para cada R1,00 arrecadado, deixaram de ser recolhidos R\$0,07 e no período seguinte (1993-1996), essa relação modificou-se sobremaneira e, para cada R\$1,00 arrecadado, R\$ 0,21 foram inscritos em Dívida Ativa.

Inscrição em Dívida Ativa

Valores per capita corrigidos

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	1,52	2,66	4,27	2,46
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	0,09	2,04	2,64	n.d.
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	2,49	3,05	13,00	7,53
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	28,11	23,97	25,34	n.d.

Embora tendo feito um trabalho marcante em suas receitas tributárias, os municípios em exame não superaram a dependência dos repasses feitos pelo governos Federal e Estadual.

As transferências correntes, oriundas de impostos federais (Fundo de Participação dos Municípios-FPM), estaduais (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS) e outros repasses voluntários (em sua maioria provenientes de convênios), compõem o principal grupo de receitas nos dois municípios. Nessa

categoria, os valores arrecadados pela cidade de Porto Alegre, tiveram médias per capita superiores às obtidas por Curitiba.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	100,37	129,39	121,57	106,25
Capitais do Brasil (1993-1996)	99,63	133,09	176,00	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	94,56	131,01	119,78	105,87
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	108,93	133,07	156,96	166,59
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	94,48	128,66	126,49	127,34
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	118,30	152,97	177,87	246,31

Efetuada-se a separação dos elementos que compõem essas receitas, constata-se que, se comparadas pela média, algumas transferências foram menores que as Receitas Tributárias.

COMPARATIVO ENTE AS RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

Valores médios per capita, por período administrativo

Em R\$(*)

RECEITAS	Curitiba - PR		Porto Alegre - RS	
	(A)	(B)	(C)	(D)
RECEITAS CORRENTES	316,71	331,16	254,92	371,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	92,06	141,31	90,07	122,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	112,80	141,39	119,24	173,86
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO ESTADO	91,05	115,14	98,81	144,47
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	21,75	26,24	20,44	29,39
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	16,53	20,00	13,63	17,36
RECEITAS DE CAPITAL	2,20	20,25	3,71	5,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,28	15,36	1,69	3,38
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,38	4,50	0,46	0,48
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	318,90	351,42	258,64	377,36

(*) Valores corrigidos

Período 1989/1992

Período 1993/1996

(A) JAIME LERNER

(B) RAFAEL G. MACEDO

(C) OLÍVIO DUTRA

(D) TARSO GENRO

Outra fonte de recursos para investimentos em projetos e obras específicas, as Operações de Crédito, foram mais acionadas por Curitiba no período 1993-1996. Porto Alegre quase não utilizou dessas operações para atender aos apelos de seus habitantes, optando por fazer investimentos com recursos próprios.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	18,83	12,95	25,77	13,75
Capitais do Brasil (1993-1996)	22,77	23,60	70,51	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	1,11	-	-	-
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	7,15	9,76	5,07	39,46
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	0,00	-	2,02	4,73
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	1,82	3,90	6,48	1,30

DESPESAS POR NATUREZA

A exemplo do que ocorreu com as receitas, o crescimento do total das contas de gastos das administrações públicas locais é irrefutável. No pós-Constituinte, acentuando uma tendência manifesta desde o início da década de oitenta, aumentou não apenas a receita, como também a despesa e a atuação dos Municípios, com diminuição do déficit desses governos. Na história do pós-guerra, nunca foi tão reduzida a importância relativa da União e tão marcante a dos Municípios ²⁴.

Nas análises que se seguirão, a exemplo das análises envolvendo as principais receitas, fez-se incluir também as despesas médias per capita dos Municípios-Capitais brasileiros.

As despesas correntes das duas cidades, tomadas pelos seus valores totais médios per capita, cresceram de maneira análoga. Como já comentado anteriormente, Curitiba, do primeiro para o segundo período de gestão, teve crescimento médio de 38%, enquanto Porto Alegre, 29%.

²⁴ - AFONSO, José Roberto R, *Descentralização fiscal: ser ou não ser, não é a questão*. RJ. Mimeo. Julho/94

DESPESAS CORRENTES

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	214,21	238,22	257,14	253,03
Capitais do Brasil (1993-1996)	224,97	266,56	320,17	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	203,53	215,06	227,04	258,46
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	234,78	306,68	337,03	371,81
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	234,28	263,80	261,85	272,65
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	279,48	306,87	334,38	410,62

A observação dos resultados das contas orçamentais correntes da cidade de Porto Alegre revela que, no início de implantação do processo de Orçamento Participativo, não havia muito espaço para os investimentos. No primeiro ano de execução do modelo, descortina-se uma deficiência orçamentária per capita de R\$54,69 – que então representava 30,5% do total das Receitas Correntes -- para cobertura de despesas correntes de curto prazo.

O modelo proposto de orçamento, com a participação da população nas escolhas dos investimentos, tornar-se-ia inviável se mantido o nível elevado de deficiência detectado no seu primeiro ano de execução. Os ajustes para contornar esse problema foram realizados através da captação de recursos, na aplicação de uma política tributária extremamente forte que, no final, resultou em equilíbrio e em posterior geração de superávits correntes, saltando para um excedente de R\$ 50,76, no ano de 1996.

Superávit/Déficit

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	28,81	37,85	56,19	11,59
Capitais do Brasil (1993-1996)	9,65	30,84	58,20	-
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	30,69	121,15	161,38	49,50
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	5,40	(1,03)	40,35	29,63
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	(54,69)	3,43	8,19	30,16
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	22,42	32,25	50,63	50,76

Em relação a margem de autofinanciamento, Curitiba vivenciou, no primeiro período, situação bem mais tranqüila, quando foram gerados superávits correntes até certo ponto extraordinários. No segundo período, no entanto, os valores médios foram retornando aos patamares médios brasileiros, excetuando-se o do ano de 1994, que apresentou valor negativo. A respeito dos valores realizados no orçamento do ano de 1994, convém lembrar, foram os mesmos afetados pela maneira como se determinou a conversão do padrão monetário de CR\$ para R\$. No final do presente trabalho, sob o título de Apêndice B, tratou-se superficialmente desse assunto, e de como a conversão pode levar o município a situação aparente de déficit.

DESPESAS DE CUSTEIO

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	144,37	168,05	171,06	166,22
Capitais do Brasil (1993-1996)	148,71	180,95	219,21	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	169,71	171,67	181,15	205,01
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	181,34	217,33	255,09	290,25
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	135,33	156,96	155,43	164,62
TARSO GENRO (1993 -1996) - PORTO ALEGRE	183,10	199,79	221,91	231,62

As despesas com pessoal nos dois municípios representaram, em média, 40% do total das receitas correntes, ficando um pouco acima da média nacional para os municípios-capitais. Essa categoria de despesas compreende as despesas com a folha de pagamento, de encargos sociais do pessoal civil e militar em atividade.

PESSOAL

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	94,89	101,99	106,15	93,62
Capitais do Brasil (1993-1996)	85,47	99,77	120,87	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	124,97	111,92	116,11	137,25
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	112,47	121,62	155,63	171,23
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	99,17	109,11	107,90	107,65
TARSO GENRO (1993 -1996) - PORTO ALEGRE	110,53	116,92	140,05	164,18

O grupo de despesas sob o título de Transferências Correntes agrega diversos itens importantes, tais como como: os valores transferidos às autarquias, os pagamentos de aposentadorias e pensões de funcionários públicos, custeados com recursos próprios (para municípios onde não há caixa previdenciária), aos encargos da dívida (juros e encargos diversos sobre a dívida fundada interna e externa), para contribuição ao PASEP (1% sobre o total das receitas correntes) e também ao pagamento de sentenças judiciais de natureza alimentícia (ações trabalhistas).

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	69,83	70,17	86,09	86,81
Capitais do Brasil (1993-1996)	76,26	85,61	100,96	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	33,82	43,39	45,89	53,45
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	53,44	89,35	81,93	81,55
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	98,95	106,84	106,41	108,03
TARSO GENRO (1993 -1996) - PORTO ALEGRE	96,38	107,08	112,47	179,00

Ainda dentro do grupo das despesas correntes, cabe destacar os valores pagos a título de juros e outros encargos da dívida fundada interna e externa. A série analisada não é muito homogênea, mas indica que foram realizados pagamentos anuais.

ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	7,48	8,66	9,30	8,08
Capitais do Brasil (1993-1996)	4,80	12,76	10,08	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	1,67	1,54	1,26	3,42
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	8,21	31,16	14,28	n.d.
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	17,54	9,12	2,18	1,72
TARSO GENRO (1993 -1996) - PORTO ALEGRE	1,33	1,47	2,17	n.d.

As despesas de capital são compostas basicamente pelos investimentos em obras e instalações e na compra de equipamentos e material permanente. Nesse item, os valores pagos pela cidade de Curitiba superaram, em quase toda a série analisada, os valores gastos na cidade de Porto Alegre, com exceção do valor realizado no ano de 1993, que foi um pouco menor.

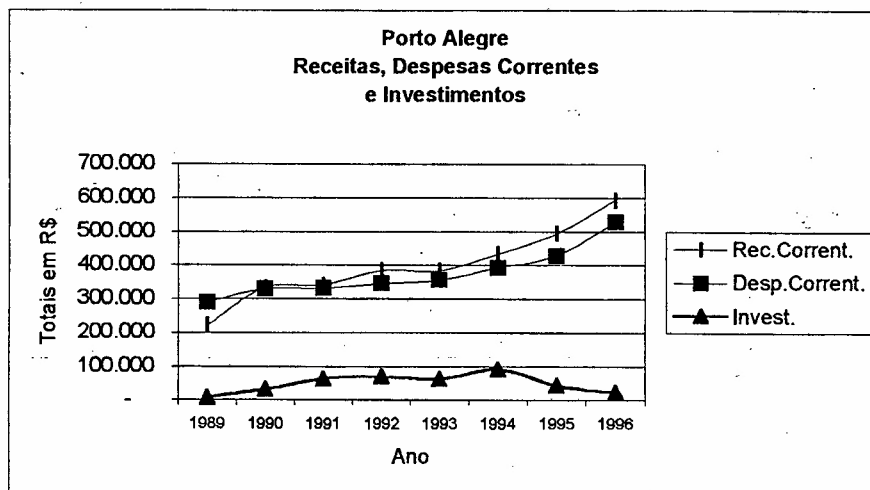
INVESTIMENTOS

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	38,68	48,26	58,56	66,15
Capitais do Brasil (1993-1996)	47,16	56,68	85,32	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	23,09	56,64	72,55	75,91
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	47,33	89,50	64,81	108,84
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	6,50	25,05	49,90	55,06
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	48,37	71,78	33,06	18,02

No quadro também fica evidenciado que, em Porto Alegre, as despesas com investimentos cresceram no primeiro período administrativo (1989-1992), mas declinaram no segundo período (1993-1996), em uma demonstração que, provavelmente, as despesas correntes tenham crescido acima da capacidade de absorção do modelo.



Em outro item, que compõe as Despesas de Capital, estão aquelas classificadas como Amortizações da Dívida Fundada. Em ambas as cidades essa categoria de despesa não representou dificuldades, com valores relativamente pequenos em ambas as séries, se comparados às médias das importâncias despendidas pelas Capitais-brasileiras.

AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	13,85	11,50	14,96	11,62
Capitais do Brasil (1993-1996)	12,36	25,83	39,58	n.d.
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	4,29	1,35	3,06	3,43
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	26,50	5,56	4,15	n.d.
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	4,20	4,47	4,13	3,86
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	2,94	1,53	3,65	n.d.

DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Na comparação das prioridades e objetivos principais, utilizou-se os gastos orçamentários realizados e classificados por funções de governo. Essa classificação por funções representa o nível máximo de agrupamento não-institucional nos orçamentos públicos brasileiros e tem por objetivo final a agregação nacional das contas públicas. As despesas por funções compreendem todos os valores gastos, classificados nas categorias econômicas de capital e correntes.

Na função Administração e Planejamento concentram-se os gastos com a manutenção da maior parte das estruturas administrativas das Prefeituras. No caso da cidade de Curitiba, as despesas classificadas nessa função mantiveram-se em ascensão até 1995, chegando à média per capita de R\$107,23 - R\$41,41, em 1989 e R\$ 92,92, em 1996. O crescimento percentual dos valores das despesas classificadas nessa função foi igual a 124%. Por outro lado, em Porto Alegre, os valores classificados na mesma função apresentam-se mais próximos da regularidade, com crescimento no período em torno de 5,5%, com valores variando de R\$ 67,59, em 1989 a R\$ 71,27, em 1996.

Função: ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	58,04	64,81	69,60	56,80
Capitais do Brasil (1993-1996)	49,75	82,48	101,11	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	41,41	51,69	53,78	64,22
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	84,66	97,23	107,26	92,92
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	67,59	64,38	53,13	56,86
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	66,31	62,85	66,08	71,27

Nos setores voltados à Educação e Cultura, a cidade de Curitiba manteve os gastos per capita crescentes em 108%, passando de R\$ 50,87, em 1989 para R\$

105,64, em 1990. Porto Alegre, também transferiu parte dos recursos para essa função gastando R\$34,40, em 1989 até alcançar R\$75,26, em 1996, com variação de 119% no período.

Função: EDUCAÇÃO E CULTURA

Valores per capita corrigidos

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	49,70	58,68	63,76	57,61
Capitais do Brasil (1993-1996)	50,78	65,22	79,29	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	50,87	64,51	67,85	79,06
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	52,63	71,19	95,07	105,64
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	34,40	41,11	55,30	60,07
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	62,92	66,35	78,11	75,26

A preferência por gastos em Habitação e Urbanismo é um dos marcos do Orçamento Participativo em Porto Alegre. Os valores saltaram de R\$ 36,83, em 1989 para R\$ 77,86, em 1992 e de R\$ 68,04, em 1993 para R\$110,02, em 1996. Em Curitiba as despesas com essa função variaram 66%, de R\$ 39,64, em 1989 para R\$ 65,72, em 1996.

Função: HABITAÇÃO E URBANISMO

Valores per capita corrigidos

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	57,01	60,00	83,08	81,50
Capitais do Brasil (1993-1996)	56,31	65,67	81,46	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	39,64	49,51	52,00	55,43
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	44,65	61,94	55,01	65,72
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	36,83	59,53	64,21	77,86
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	68,04	96,99	63,44	110,02

Em Porto Alegre, no ano 1989, os gastos per capita com as despesas classificadas em Saúde e Saneamento foram de R\$ 37,88 e em 1996, R\$ 85,92, resultando um crescimento de 127%. Por seu turno, Curitiba aplicou R\$ 31,31, em 1989 contra R\$ 49,26 per capita, em 1996, ou seja um acréscimo de 57%.

Função: SAÚDE E SANEAMENTO

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	34,98	42,46	47,75	51,31
Capitais do Brasil (1993-1996)	41,78	55,12	68,92	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	31,31	28,36	32,72	33,02
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	32,07	49,86	35,38	49,26
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	37,88	51,74	66,54	62,94
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	60,31	75,76	70,49	85,92

Os valores classificados na função Assistência e Previdência são, na maior parte, pagamentos realizados para o sustento das caixas de previdência dos funcionários ativos, visando a manutenção de suas aposentadorias e pensões futuras. Porto Alegre apresentou, no período, variação de 24%, com valores quase constantes entre 1989 e 1994, crescendo um pouco mais nos últimos dois anos. Curitiba, cresceu 62%, com valores de R\$ 33,04, em 1989 e R\$53,45, em 1996.

Função: ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	34,06	36,46	41,20	37,97
Capitais do Brasil (1993-1996)	33,80	34,01	41,14	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	33,04	22,58	28,68	29,56
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	36,51	44,23	50,17	53,45
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	50,21	54,81	53,02	53,20
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	52,95	54,98	69,42	62,36

Na função Transporte, a cidade de Porto Alegre investiu muito pouco comparativamente aos demais municípios. Durante o período, aplicou-se em média R\$ 6,52, na Administração Olívio Dutra (1989-1992) e R\$ 8,89, na Administração de Tarso Genro (1993-1996). Em Curitiba, os valores médios são mais elevados. Foram gastos R\$39,94, na Administração Jaime Lerner (1989-1992) e R\$39,16, na Administração Rafael Greca de Macedo (1993-1996).

Função: TRANSPORTE

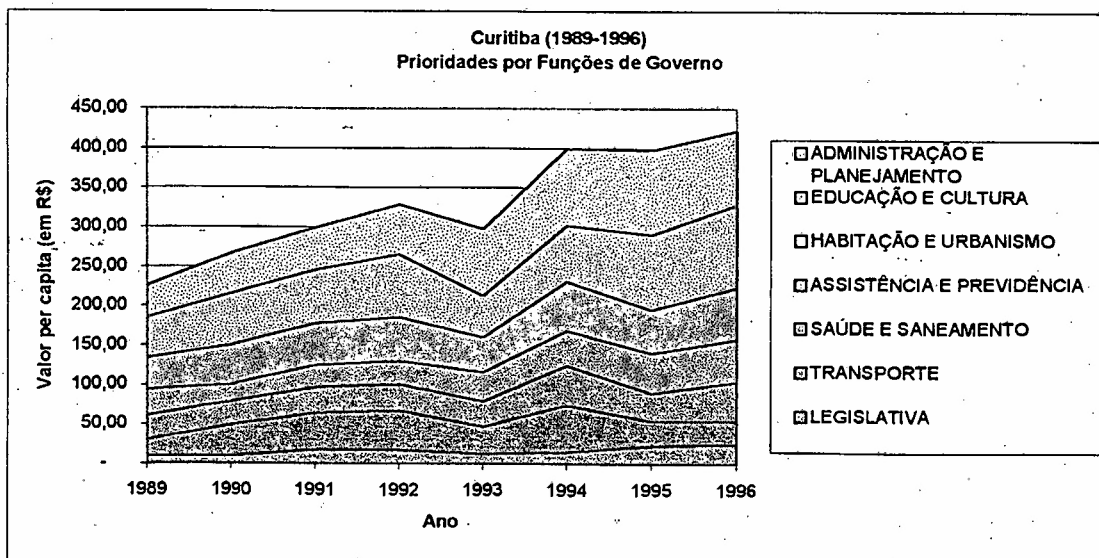
Valores per capita corrigidos

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	32,83	44,78	38,38	49,52
Capitais do Brasil (1993-1996)	46,16	41,76	62,93	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	20,73	40,64	47,32	51,07
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	34,97	60,36	31,78	29,53
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	5,23	8,19	7,36	5,30
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	6,61	10,07	7,47	11,41

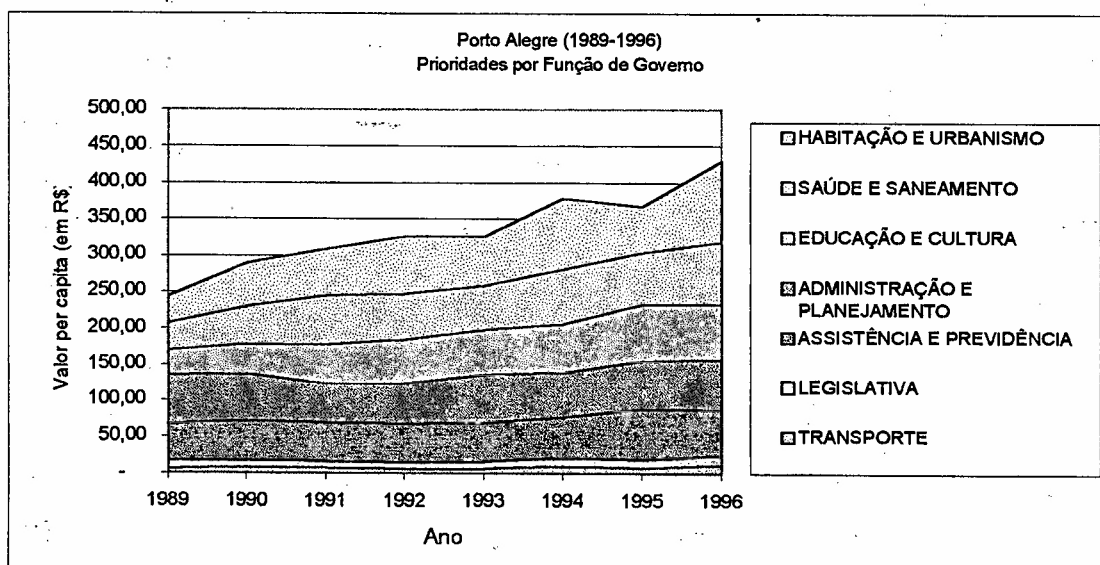
As principais funções governamentais diferem em importância de cidade para cidade e, em observação mais acurada, essas diferenças de prioridades acompanham os modelos adotados.

Assim, era esperado que a principal prioridade de Curitiba recaísse sobre a função Administração e Planejamento, seguida por Educação e Cultura e Habitação e Urbanismo. Os gastos com Saúde e Saneamento ocupam a quinta posição e, elevaram-se um pouco a partir de 1995 em razão, muito provavelmente, do ingresso de novo recursos transferidos do Sistema Único de Saúde – SUS, sem os quais certamente ocuparia uma posição abaixo da função Transporte. Essas prioridades de Curitiba estão destacadas no gráfico a seguir.



Em Porto Alegre as despesas classificadas na função Habitação e Urbanismo ocupam o primeiro lugar, seguidas por Saúde e Saneamento e Educação e Cultura. A função Administração e Planejamento ocupa a quarta posição, seguida por Assistência e Previdência. As despesas com Saúde e Saneamento também incluem os valores transferidos do Sistema Único de Saúde – SUS.

Dentre as despesas consideradas mais expressivas, no âmbito do Poder Executivo de ambos os municípios, os gastos na função Transporte ocuparam a última posição.



A soma dos valores per capita das despesas que envolvem essas prioridades, convergem no início e no final do período analisado. Para a cidade de Curitiba essa soma apresenta, em 1989, um gasto per capita de R\$225,92 e, em 1996, R\$ 422,08. Por seu turno, Porto Alegre teve seu gasto per capita de R\$ 243,84, em 1989 modificado para R\$ 431,51, em 1996. Ambas, portanto, tiveram custo per capita muito semelhante no cômputo das mesmas funções.

As despesas com a função Legislativa revelam uma parte do mecanismo do jogo democrático, que se tentou expressar em valores, no presente texto. Em termos de

eficiência do gasto, quando não há discussão prévia com a população sobre as prioridades orçamentárias, a manutenção de tais despesas (de natureza legislativa) é mais elevada.

Diante do comportamento de ambas as cidades, em relação a esse item de despesa, vale efetuar comparação de sua evolução. Curitiba, apresenta um valor per capita menor que a média das Capitais brasileiras somente nos dois primeiros anos de governo (1989-1990), quando então era prefeito Jaime Lerner (1989-1992). No momento seguinte alcança o maior valor entre as médias comparadas dos demais municípios capitais em 1996, com R\$ 25,58, no último ano de governo de Rafael Greca de Macedo. A série apresentada por Porto Alegre é mais constante, variando de R\$ 11,69, em 1989 a R\$ 13,34, em 1996.

Despesas com a função LEGISLATIVA

Valores per capita corrigidos

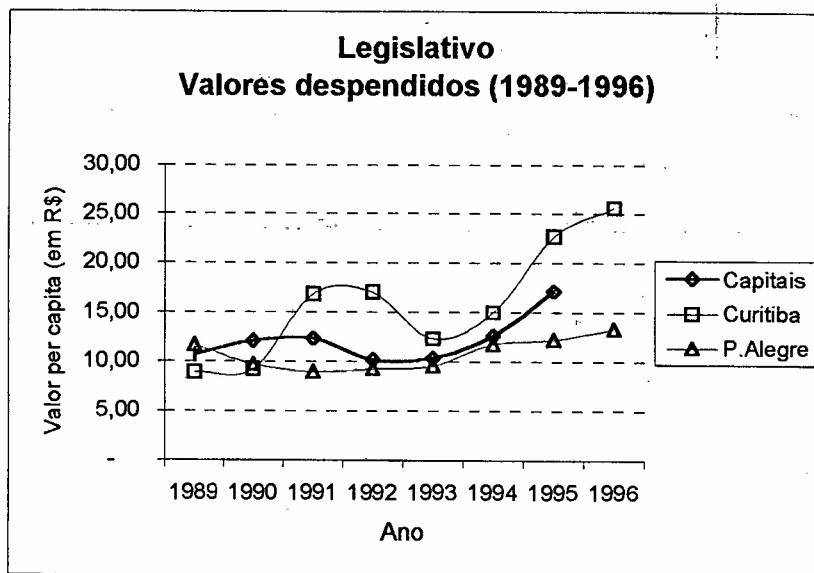
Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
Capitais do Brasil (1989-1992)	10,64	12,07	12,32	10,18
Capitais do Brasil (1993-1996)	10,36	12,59	17,14	
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	8,92	9,23	16,84	17,00
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	12,31	14,98	22,67	25,58
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	11,69	9,73	8,95	9,25
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	9,56	11,78	12,18	13,34

O perfil da evolução das despesas com o Legislativo de ambas as cidades nos revela dados significativos para a análise comparativa pretendida. Embora com número de Vereadores quase idênticos (Curitiba,35; Porto Alegre,33), esse perfil é mais regular em Porto Alegre.

As diferenças, relativamente grandes nas despesas com o Legislativo, entre as duas cidades nos dois últimos anos de cada período administrativo analisados (1991-1992; 1995-1996), revelam que Curitiba gastou quase o dobro em valor per capita que Porto Alegre. Isoladamente essas diferenças não seriam notadas, mas ocorreram

justamente nos momentos de eleições municipais para o cargo de Prefeito e Vereadores.



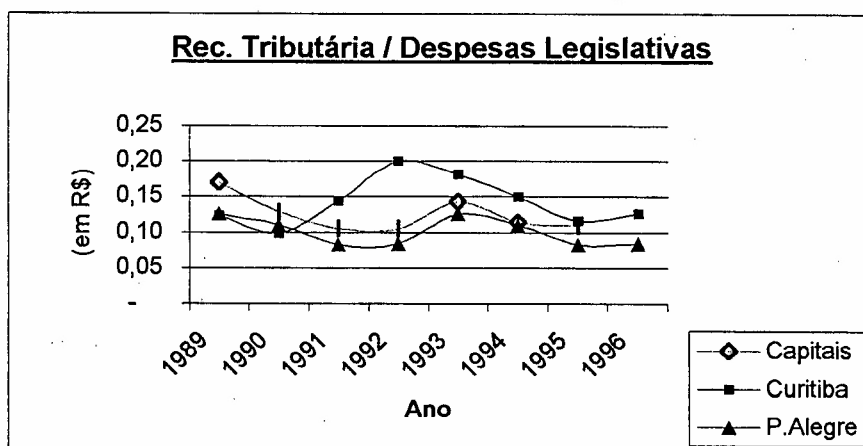
A despesa legislativa no município é, em última análise, o custo que a sociedade tem que financiar para assegurar o controle interno sobre as ações do Poder Executivo. Decompondo-se esse custo, têm-se vários itens, tais como: subsídios pagos aos Vereadores para representarem a sociedade; o valor da folha de pagamento, e seus encargos sociais, relativamente ao conjunto de profissionais e empregados do setor público que prestam seus serviços no Legislativo; valores de contratos com terceiros para a prestação de serviços diversos, pagamento de despesas com a manutenção das dependências da Câmara de Vereadores; compra de equipamentos e outros investimentos do gênero.

Esse custo é variável de cidade para cidade²⁵, dependendo do seu porte e da quantidade de vereadores eleitos, vinculado, ainda, às estruturas físicas e administrativas de suporte, colocadas à disposição em cada legislatura.

²⁵ - RIBEIRO, Carlos A.C., SIMON, Walter T.. *Práticas orçamentárias participativas: um estudo de caso de prefeituras paulistas*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 27(1): 28-46 jan/mar 1993.

Em Curitiba, esse custo é muito mais alto nos dois últimos anos de cada período de governo, ao contrário do apurado em Porto Alegre, que apresenta maior regularidade em todo o intervalo de tempo analisado.

Como são despesas envolvendo ações de controle do Executivo local, deveriam, pelo menos em tese, ser mantidas pelo conjunto de receitas próprias de cada município. Em relação às Receitas Tributárias, as despesas com o Legislativo são cíclicas; ora mais altas, ora mais baixas, apresentando grau de interdependência com as políticas tributárias do município e sua capacidade de cobrança, associada ainda a realidade do perfil de renda de seus habitantes. Em Curitiba, para cada R\$1,00 arrecadado, a relação Receita Tributária / Despesa Legislativa variou de R\$ 0,12 a R\$ 0,20, enquanto em Porto Alegre a mesma relação oscilou de R\$ 0,08 a R\$ 0,13.



Considerando no intervalo de tempo em estudo, um número estático de vereadores por município (Curitiba, 35 e Porto Alegre, 33), o valor total anual despendido com cada um está representado no quadro a seguir.

Despesas com o Legislativo

Valor anual por Vereador

Em R\$

Prefeitos e Locais	Administração em anos			
	1º	2º	3º	4º
JAIME LERNER (1989-1992) - CURITIBA	319.853	338.620	631.736	652.999
RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996) - CURITIBA	483.865	602.943	934.112	1.078.737
OLÍVIO DUTRA (1989-1992) - PORTO ALEGRE	438.217	368.447	342.669	355.644
TARSO GENRO (1993-1996) - PORTO ALEGRE	368.900	456.307	473.895	521.046

Os valores envolvidos com a manutenção de suas Câmaras são vultosos. Os resultados da operação de rateio de seus custos totais pelos números de vereadores representam também grandes quantias em dinheiro. Por exemplo: no ano de 1996, para manter-se um vereador em Curitiba foram necessários quase R\$ 90.000,00 mensais e, em Porto Alegre pouco mais de R\$ 43.000,00.

Diante de todas as análises constata-se que o Poder Legislativo em Curitiba é muito mais custoso que o de Porto Alegre, servindo como indicador de que o processo participativo exerce influência sobre os custos dessa natureza.

Entretanto, em que pese os altos custos de manutenção de todos os agentes políticos, os últimos resultados eleitorais²⁶ para a sucessão dos dois governos municipais analisados aprovaram a continuidade dos seus modos de administração.

Para o cargo de Prefeito em Porto Alegre foi eleito, em primeiro turno, Raul Jorge Anglada Pont, da coligação PT/PCB/PPS, com 408.998 votos, enquanto que, em segundo lugar, Yeda Rorato Crusius obteve 167.397, ou 51,98% e 21,27% do total de votantes, respectivamente. Em branco votaram 1,56% e nulos, 3,22%.

Para a Câmara Municipal de Porto Alegre-RS, foram eleitos 33 vereadores, dos quais 14 são da mesma coligação de partidos que elegeu o Prefeito. Essa quantidade

²⁶ - Os resultados das eleições do ano de 1996 foram obtidos no endereço eletrônico do TSE-Tribunal Superior Eleitoral, <http://www.tse.gov.br/>

representa 42,4% da composição dos vereadores, que obtiveram 50,46% do total dos votos, excluídos os brancos, nulos e de legenda.

Porto Alegre (RS) - Eleições Municipais de 1996

Quantidade de votos e número de vereadores eleitos

Partidos Políticos	Votos	Vereadores
PT/PCB/PPS	111.658	14
PTB	24.411	5
PSDB/PL/PSC/PSL/PFL	17.735	4
PDT/PC DO B	27.693	4
PPB	24.380	3
PMDB	11.945	2
PSB	3.438	1
Total	221.260	33

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

De maneira semelhante, para o cargo de Prefeito em Curitiba, foi eleito Cassio Taniguchi, da coligação PPB/PDT, em primeiro turno com 412.186 votos, enquanto que, em segundo lugar, Carlos Xavier Simões obteve 228.765, ou 50,52% e 28,04% do total de votantes, respectivamente. Em branco votaram 1,35% e nulos, 6,16%.

Curitiba (PR) - Eleições Municipais de 1996

Quantidade de votos e número de vereadores eleitos

Partidos Políticos	Votos	Vereadores
PFL	82.141	10
PDT	7.231	1
PPB	33.892	6
PMDB	10.591	2
PSB	17.759	2
PSC	15.726	2
PSDB	13.257	2
PT	15.073	3
PTB	56.996	5
Sem Partido	10.877	2
Total	263.543	35

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Para a Câmara Municipal de Curitiba-PR, foram eleitos 35 vereadores, dos quais 7 (sete) pertencem a mesma coligação de partidos que elegeu o Prefeito. Essa quantidade representa 20,0% da composição dos vereadores, que obtiveram 15,6% do total dos votos, excluídos os brancos, nulos e de legenda.

O Orçamento de Porto Alegre contém aspectos positivos no tocante a transparência do processo de escolha dos investimentos, na utilização dos recursos disponíveis. O processo de escolha, no entanto, reflete sobre os demais resultados em razão do acréscimo das despesas com manutenção dos investimentos efetivamente realizados, proporcionando menos recursos para os exercícios seguintes.

Uma das fases mais importantes, é a que decorre da necessidade de aparelhamento do governo para atender as demandas e administrar o complexo processo que se forma a partir de sua implantação. É dispendioso no início mas, depois, administrado com responsabilidade, pode levar a resultados muito mais próximos dos pleitos que partem da comunidade, além de transmitir-lhe as informações básicas sobre a situação econômico-financeira da cidade e dos produtos finais obtidos.

Outra informação importante, diz respeito aos gastos legislativos que se estabilizam em valores muito menores que a média per capita das outras cidades. Isso decorre em razão das discussões prévias sobre os principais temas do orçamento. O processo, como um todo, propicia que certos atores do processo decisório sejam eleitos a partir de suas atuações nas Assembléias e Reuniões do Orçamento Participativo.

Em Curitiba, o processo orçamentário é todo planejado a partir da administração superior. O processo é fechado e a decisão sobre os investimentos é realizada com base nas diretrizes contidas na Lei do Plano Diretor, voltado para o Planejamento Urbano.

Embora com prioridades não coincidentes e apresentando resultados orçamentários diferentes, ambos os municípios tiveram suas administrações aprovadas, pelos seus cidadãos em eleições municipais, por três gestões sucessivas. Essa aprovação nos conduz para um outro aspecto importante, qual seja, o processo de continuidade no governo que, combinado com estabilidade econômica, propiciou condições ideais de obtenção dos meios para resolução adequada dos problemas, conduzindo para soluções mais efetivas e duradouras.

APÊNDICE A - Metodologia aplicada

População: Censo-IBGE e População estimada

Os elementos correspondentes ao número de habitantes foram extraídos dos censos demográficos realizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Neste relatório foram utilizados os valores dos censos relativos aos anos de 1980, 1991 e 1996.

Evolução da população - dados selecionados

Cidades	1980	1991	1996
Curitiba	1.024.975	1.313.094	1.476.253
Porto Alegre	1.125.477	1.263.239	1.288.879

Fontes:

Anuário Estatístico do Brasil 1992, Rio de Janeiro, v.52,1992

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE

Dados de 1980 e 1991 – Anuário Estatístico do Brasil 1992, Seção 2, pgs.206 e 208

Dados de 1996 - Censo do IBGE

Taxas geométricas anuais de crescimento populacional

Cidades	1980/1991	1991/1996
Curitiba	1,0228	1,0237
Porto Alegre	1,0106	1,0040

As taxas geométricas de incremento anual das duas cidades espelham comportamentos distintos. Enquanto a cidade de Curitiba apresentou crescimento no período 1980/1996, a de Porto Alegre praticamente estabilizou-se em seus dados demográficos, com acréscimo populacional insignificante.

Dados estabelecidos por cálculo

Na determinação do número de habitantes nos anos intermediários aos censos oficiais, optou-se pela interpolação para complementação dos dados faltantes. A população de cada ano, foi calculada pela aplicação do multiplicador do coeficiente geométrico anual, correspondente aos anos intermediários do intervalo entre dois censos, partindo-se sempre do dado real. Para efetuar o cálculo utilizou-se a seguinte formulação:

Tabela de habitantes

Ano	Porto Alegre - RS	Curitiba - PR
1980	1.125.477	1.024.975
1986	1.198.645	1.173.261
1987	1.211.294	1.199.982
1988	1.224.076	1.227.312
1989	1.236.994	1.255.265
1990	1.250.048	1.283.854
1991	1.263.239	1.313.094
1992	1.268.326	1.344.215
1993	1.273.433	1.376.074
1994	1.278.561	1.408.688
1995	1.283.710	1.442.075
1996	1.288.879	1.476.253

Obs.: Os valores em negrito referem-se aos números de habitantes apurados por Censos Oficiais.

Conversão de valores monetários

Todos os valores nominais foram convertidos para o padrão monetário vigente, isto é, para Reais (R\$), pela aplicação dos coeficientes relacionados na tabela a seguir:

Tabela de coeficientes de conversão monetária

Moeda	Vigência	Coeficiente
Cruzado (Cz\$)	1986-1988	3,636364e ⁻¹⁰
Cruzado Novo (NCz\$)	1989	3,636364e ⁻⁷
Cruzeiro (Cr\$)	1990-1992	3,636364e ⁻⁷
Cruzeiro Real (CR\$)	1993	3,636364e ⁻⁴
Real (R\$)	1994-...	1

Os valores nominais convertidos para a moeda vigente foram corrigidos pela aplicação dos fatores correspondentes a variação inflacionária acumulada, pela média anual do IGP-DI, para preços de dezembro de 1997 ²⁷.

Deflatores aplicados

Ano	1989	1990	1991	1992
Deflator	5,60E-01	1,97E-02	3,83E-03	3,51E-04

Ano	1993	1994	1995	1996
Deflator	1,59E-02	1,97E+00	1,23E+00	1,11E+00

Os deflatores foram obtidos pela expressão:

$$D_n = \frac{IGP.DI(Dez/97)}{IGP.DI(média)_n} \times CM$$

²⁷ - A utilização da média anual decorre da necessidade de abrandar a sazonalidade de certos valores relacionados às receitas e despesas, pois ambas sensibilizam a contabilidade em momentos diferentes, quer no início (caso das receitas relativas ao IPTU, do IPVA e de parcela do FPM), quer no final do exercício (caso das despesas com 13º salário e, em especial, aquelas referentes a despesas vinculadas a fundos ou convênios especiais).

Onde:

D = deflator calculado para o ano
n = ano
CM = coeficiente de conversão monetária

No cálculo dos deflatores anuais não foram considerados quaisquer coeficientes de correção para ajustar a distorção causada pela mudança da moeda para Real, em 1994. Os índices inflacionários do período, que foram utilizados nos cálculos estão apostos na tabela abaixo.

Índice Geral de Preços - IGP/DI
Base: Ago/94 = 100 (Índices)

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
1985	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	1,072E-07
1986	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	2,596E-07
1987	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,0000008
1988	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000	0,00001	0,00001	0,00001	0,00001	0,00001	0,00001	0,0000066
1989	0,00002	0,00003	0,00003	0,00003	0,00003	0,00004	0,00006	0,00008	0,00011	0,00015	0,00022	0,00033	0,0000940
1990	0,00056	0,00097	0,00176	0,00196	0,00214	0,00233	0,00263	0,00297	0,00332	0,00379	0,00445	0,00518	0,0026719
1991	0,00622	0,00753	0,00807	0,00878	0,00935	0,01028	0,01159	0,01339	0,01556	0,01958	0,02462	0,03008	0,0137543
1992	0,03815	0,04761	0,05746	0,06812	0,08340	0,10127	0,12323	0,15471	0,19706	0,24620	0,30584	0,37833	0,1501149
1993	0,48702	0,61613	0,78742	1,00947	1,33553	1,74553	2,30410	3,07598	4,21409	5,69323	7,79973	10,62323	3,3076203
1994	15,1062	21,5113	31,1483	44,3864	62,5848	91,7493	96,7680	100,000	101,550	104,140	106,712	107,320	73,581291
1995	108,780	110,031	112,022	114,599	115,057	118,071	120,716	122,274	120,953	121,231	122,844	123,175	117,47934
1996	125,380	126,333	126,611	127,497	129,639	131,221	132,651	132,651	132,823	133,116	133,488	134,663	130,50613
1997	136,791	137,365	138,959	139,779	140,198	141,179	141,306	141,250	142,083	142,566	143,750	144,741	140,83062



Diretoria de Pesquisas
Departamento de Índices de Preços

HISTÓRICO DAS ALTERAÇÕES DA MOEDA NACIONAL

PLANO ECONÔMICO	MOEDA VIGENTE	SÍMBOLO	PERÍODO DE VIGÊNCIA	FUNDAMENTO LEGAL	EQUIVALÊNCIA
-	Real	R	Período colonial até 7/10/1833	Alvará S/N de 1/09/1808	R 1\$2000 = 1/8 de ouro de 22K.
-	Mil Réis	Rs	8/10/1833 a 31/10/1942	Lei nº 59, de 8/10/1833	Rs 2\$500 = 1/8 de ouro de 22K.
-	Cruzeiro	Cr\$	1/11/1942 a 30/11/1964	Decreto-lei nº 4791, de 5/10/1942	Cr\$ 1,00 = Rs 1\$000 (um cruzeiro corresponde a mil-réis)
-	Cruzeiro (eliminados os centavos)	Cr\$	1/12/1964 a 12/02/1967	Lei nº 4511, de 1/12/1964	Cr\$ 1 = Cr\$ 1,00
-	Cruzeiro Novo (volta dos centavos)	NCr\$	13/02/1967 a 14/05/1970	Decreto-lei nº 1 de 13/11/1965	NCr\$ 1,00 = Cr\$ 1.000
-	Cruzeiro	Cr\$	15/05/1970 a 14/08/1984	Resolução do Banco Central nº 144, de 31/03/70	Cr\$ 1,00 = NCr\$ 1,00
-	Cruzeiro (eliminados os centavos)	Cr\$	15/08/1984 a 27/02/1986	Lei nº 7214, de 15/08/84	Cr\$ 1 = Cr\$ 1,00
Cruzado I - Fev 86 Cruzado II - Jun 87	Cruzado (volta dos centavos)	Cz\$	28/02/1986 a 15/01/1989	Decreto-lei nº 2283, de 27/02/1986	Cz\$ 1,00 = Cr\$ 1.000
Verão I - Jan 89 Verão II - Maio 89	Cruzado Novo	NCz\$	6/01/1989 a 15/03/1990	Medida Provisória nº 32, de 15/01/1989, convertida na Lei nº 7730, de 31/01/1989	NCz\$ 1,00 = Cz\$ 1.000,00
Color I - Mar 90 Color II - Jan 91	Cruzeiro	Cr\$	16/03/1990 a 31/07/1993	Medida Provisória nº 168, de 15/03/1990, convertida na Lei nº 8024, de 12/04/1990	Cr\$ 1,00 = NCz\$ 1,00
Transição para o Real Ago 93	Cruzeiro Real	CR\$	1/08/1993 a 30/06/1994	Medida Provisória nº 336, de 28/07/1993, convertida na Lei nº 8697, de 27/08/1993, e Resolução BACEN nº 2010, de 28/07/1993	CR\$ 1,00 = Cr\$ 1.000,00
Real - Jul 94	Real	R\$	Desde 1/07/1994	Leis nº 8880, de 27/05/1994 e 9069, de 29/06/1995	R\$ 1,00 = CR\$ 2.750,00

FONTE: Banco Central e IOB - Informações Objetivas.

APÊNDICE B A conversão da moeda em 1994.

O efeito da conversão da moeda R\$ nos balanços municipais. Análise comparativa dos dados de balanço entre municípios paulistas.

Partindo de uma avaliação estatística dos valores nominais dos balanços dos Municípios Paulistas, no período compreendido entre 1993 e 1994, permitiu-se realizar comparações das frequências dos intervalos de superávits e ou déficits decorrentes das execuções orçamentárias.

Os dados foram coletados junto ao SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados e Delegacia Regional de Controle - São Paulo, órgão pertencente ao Ministério da Fazenda. Na análise não foram considerados os dados relativos à Capital do Estado, São Paulo, em razão do critério para distribuição de receitas ser diferente para as Capitais de estado.

Nas comparações utilizou-se de um número relativo, obtido pela divisão do montante da despesa pela receita de cada município. Quanto maior for o índice, maior o déficit, por outro lado, quanto menor for o índice, maior será o superávit obtido.

Efetuados os cálculos, os resultados foram agrupados em intervalos, com grupos variando de 0,70 a 1,50 ou mais, que correspondem à distribuição das relações de despesa sobre as receitas nos dois exercícios. Isso foi necessário para que pudessemos efetuar as comparações em uma mesma base.

Os resultados obtidos junto aos Municípios Paulistas, nos dois anos comportaram-se como demonstrado no quadro abaixo:

Medida	1993	1994
Média	1,01616	1,09321
Erro padrão	0,00717	0,00707
Mediana	1,00247	1,06515
Moda	0,93453	não há
Desvio padrão	0,17889	0,17655
Variância da amostra	0,03200	0,03117
Curtose	13,32281	12,74093
Assimetria	1,90638	2,40969
Intervalo	2,20013	1,87771
Mínimo	0,31361	0,63322
Máximo	2,51375	2,51093
Soma	633,06591	682,16487
Contagem	624	624
Nível de confiança(95,0%)	0,01407	0,01388

Os resultados apurados quando analisados individualmente mostram que a média modificou-se significativamente de 1993 para 1994. O acréscimo de 7,6% da média do primeiro para o segundo ano representa que houve uma modificação no perfil financeiro dos municípios.

Em 1993, o valor total da despesa de todos os Municípios Paulistas excederam em 14,05% o valor da receita. Para chegar a esse percentual foram somados todos os valores de despesa e receita dos municípios do Estado de São Paulo, exceto os da Capital, São Paulo²⁸. O valor total da despesa no Estado foi de CR\$ 464.995.728.419,89, contra CR\$ 407.717.053.687,83 de receita arrecadada, representando um déficit global de CR\$ 57.278.674.732,06.

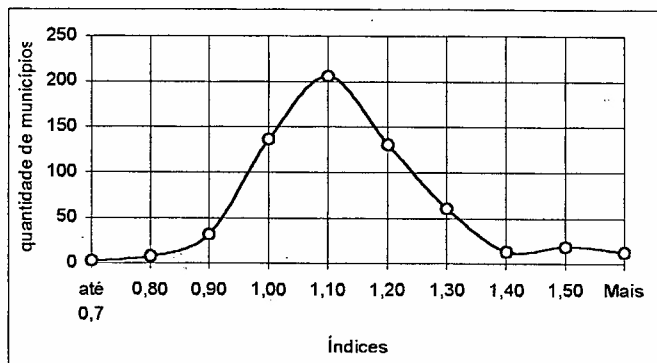
No exercício seguinte, o valor total da despesa dos municípios paulistas resultou em R\$ 4.824.518.520,88 e o valor total da receita foi de R\$ 4.019.679.015,13, o que culminou com um déficit global de R\$ 804.839.505,75, ou seja, a despesa superou a receita em 20,02%. O município de São Paulo também teve sua situação financeira prejudicada, apresentando um déficit superior ao do ano anterior, 8,65% (Despesa Total = R\$ 2.745.987.161,15 e Receita total = R\$ 2.527.322.653,44).

²⁸ - Foram analisadas as receitas e despesas totais de 624 dos 625 municípios paulistas entre 1993 e 1994. O município de São Paulo (Capital) foi excluído da análise porque os municípios capitais recebem parte maior nas receitas de transferências da União e, também, tem tratamento diferenciado na obtenção de crédito pelo volume de recursos que movimentam.

Observando os dois exercícios é possível afirmar que as dificuldades financeiras aumentaram em todo o Estado de São Paulo, atingindo os municípios de forma desigual. Para melhor compreendermos o que isto significa vamos visualizar o gráfico das frequências dos índices nos dois anos.

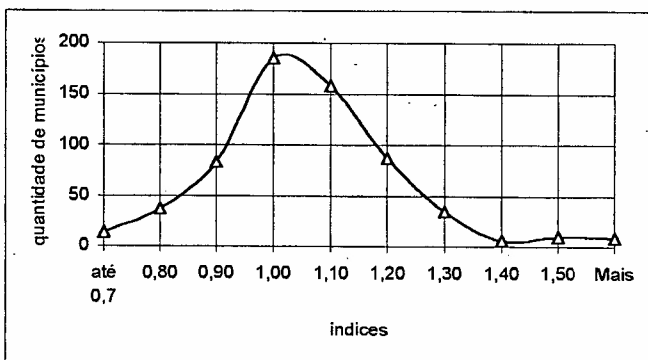
Municípios Paulistas (exceto a capital)
Distribuição das frequências dos índices relativos de despesa/receita - 1994

Grupos	Frequência
até 0,7	3
0,80	8
0,90	32
1,00	137
1,10	206
1,20	131
1,30	61
1,40	14
1,50	19
Mais	13
Total	624



Municípios Paulistas (exceto a capital)
Distribuição das frequências dos índices relativos de despesa/receita - 1993

Grupos	Frequência
até 0,7	14
0,80	37
0,90	83
1,00	185
1,10	158
1,20	87
1,30	35
1,40	6
1,50	10
Mais	9
Total	624



Os dados das frequências dos indicadores de resultado financeiro dos municípios, colocados lado a lado, comportaram-se da seguinte forma:

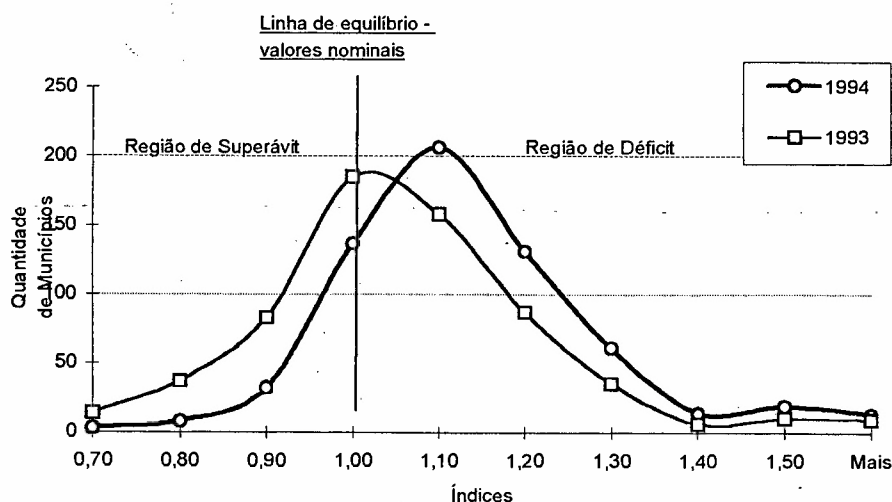
Grupos De indicadores	Frequências	
	1993	1994
<i>Até 0,70</i>	14	3
<i>0,70 a 0,80</i>	37	8
<i>0,80 a 0,90</i>	83	32
<i>0,90 a 1,00</i>	185	137
<i>1,00 a 1,10</i>	158	206
<i>1,10 a 1,20</i>	87	131
<i>1,20 a 1,30</i>	35	61
<i>1,30 a 1,40</i>	6	14
<i>1,40 a 1,50</i>	10	19
<i>Mais de 1,50</i>	9	13
<i>Total</i>	624	624

(*) Vide nota

A constatação mais imediata fornecida pela tabela acima é que houve redução, de um ano para outro, da quantidade de municípios que estavam em aparente situação de equilíbrio. Em 1993, eram 319 os municípios que se encontravam em melhores condições aparentes (de até 0,70 a 1,00). Em 1994, esse número caiu para 180, ou seja, uma redução de 43,57%. No grupo intermediário, isto é, de 1,00 a 1,10, houve um acréscimo de 30,38% dos municípios em situação de déficit aparente. O mesmo aconteceu para os grupos seguintes, com acréscimos de 50% a 100% de um ano para outro.

A superposição das informações referentes aos dois anos nos dá uma noção melhor sobre o que ocorreu em 1994. Utilizando as frequências demonstradas acima, efetuamos um gráfico contrapondo as duas curvas. Observa-se que há um deslocamento da curva referente a 1994 para a direita, que é um indício de que os municípios, aparentemente, endividaram-se mais. Isso até que seria normal não fosse o acréscimo de receitas que estes obtiveram naquele ano em razão do próprio plano econômico. Não se trata de enaltecer o Plano, mas sim de constatar que com o processo de inflação controlado ganharam todos os níveis de governo. O pesado tributo que deixou de ser pago para a inflação no decorrer do processo de arrecadação, já justifica, por si só, o aumento da receita a que nos referimos.

Municípios Paulistas (exceto a capital)
Comparativo das Distribuições das frequências - 1993/1994



A curva de frequência relativa ao ano de 1994 sofreu um deslocamento para a direita, demonstrando uma tendência ao déficit. Parte dessa constatação pode ser atribuída a alguns fatos bastante conhecidos, quais sejam: a) queda na arrecadação da receita; b) aumento da despesa no exercício; c) ajustes contábeis em razão da troca da moeda; e d) todos os fatores anteriormente citados combinados.

É pouco provável que o motivo principal tenha sido a queda na arrecadação da receita, pois houve ganho significativo em razão da estabilidade dos preços de mercado e da interrupção do efeito corrosivo da inflação, que em conjunto impulsionaram a economia de forma positiva.

Na comparação entre os valores repassados em 1993 e 1994, referentes a esses dois relevantes itens da receita, os acréscimos mais significativos ocorreram no segundo semestre desse último ano. No caso do ICMS, o crescimento foi da ordem de 41,33%, enquanto que a receita do FPM cresceu 23,44%, contra apenas 1,64% e 1,84% do primeiro semestre, respectivamente.

Diante dessa constatação de crescimento, fica evidente que ambos os itens de receita, quando convertidos pela paridade de CR\$ 2.750,00, sofreram depreciação exagerada, levando ao Balancete relativo ao mês de Julho/94 apontamentos contábeis consolidados totalmente distorcidos.

Aumentos nas despesas ocorrem constantemente. Com o advento da Constituição Federal (1988) pudemos experimentá-los, com reflexos nos anos subseqüentes. A exemplo disso podemos citar a municipalização da saúde, que diante dos entraves de ordem burocrática obrigou os municípios a suportarem, num primeiro momento, acréscimos nas suas despesas destinadas ao setor.

Por fim, o ajuste da moeda nos parece como agente responsável por parte da distorção causada nos valores das contas públicas. Entretanto, para melhor avaliar o que de fato ocorreu será necessário observar um caso real, através do contido nos balancetes financeiros mensais.

ANEXO I Tabelas de dados originais

Porto Alegre - RS

PORTO ALEGRE - RS ADMINISTRAÇÃO OLÍVIO DUTRA (1989-1992)

TABELA - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

Em Mil

Valores Nominais

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989 (NCZ\$)	1990 (Cr\$)	1991 (Cr\$)	1992 (Cr\$)
I - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	(120.765)	217.814	2.704.287	109.100.533
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.556	191.918	822.847	3.544.311
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	(117.208)	409.732	3.527.134	112.644.845
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	16.948	1.827.726	16.980.632	204.807.763
5. AMORTIZAÇÕES	9.277	283.900	1.364.798	13.965.928
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	143.433	1.701.893	14.818.295	106.128.847
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	134.156	1.417.993	13.453.497	92.162.918
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1	-	666.893	17.115.576
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(143.432)	(1.701.893)	(14.151.401)	(89.013.270)
II - ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO				
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.081	27.945	741.270	6.503.434
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	141.360	2.565.325	21.380.033	194.947.518
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	27.945	741.270	6.503.434	56.920.057
III - ELEMENTOS DAS DEMONST. VAR. PATRIMONIAIS				
14. CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	-	-	-	-
15. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	5.509	193.667	4.292.510	27.222.956
16. ENCAMPAÇÃO E/OU REESTAB. DÍVIDAS	-	-	-	-
17. CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA	138.407	2.901.845	-	137.062.542
18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DAS VAR. PATRIMONIAIS	(258.799)	3.844.849	(16.358.274)	(179.286.162)
IV - ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL				
19. ATIVO FINANCEIRO	36.327	969.675	7.864.738	129.898.500
20. PASSIVO FINANCEIRO	182.586	2.817.827	23.864.292	234.911.325
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	146.258	1.848.152	15.999.554	105.012.825
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	143.383	2.769.682	10.645.570	150.805.903
23. EM TÍTULOS	-	-	-	-
24. POR CONTRATOS	143.383	2.769.682	10.645.570	150.805.903
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	143.383	2.769.682	10.645.570	150.805.903
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	289.642	4.617.834	26.645.124	255.818.728
28. SALDO PATRIMONIAL	(273.544)	(4.118.394)	(20.476.668)	(199.762.831)

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

PORTO ALEGRE - RS
ADMINISTRAÇÃO OLÍVIO DUTRA (1989-1992)

TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Valores corrigidos

Em R\$ mil

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
I - RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA				
1. RECEITAS CORRENTES	222.160	334.059	341.121	384.061
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	76.723	117.029	129.340	129.688
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	116.877	160.826	159.791	161.513
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	19.552	36.050	17.381	29.602
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	14.399	19.572	17.381	17.092
6. RECEITAS DE CAPITAL	1.993	3.781	5.701	7.244
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1	-	2.552	6.001
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.338	237	-	727
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	224.154	337.840	346.822	391.305
II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA				
1. DESPESAS CORRENTES	289.809	329.768	330.773	345.808
2. DESPESAS DE CUSTEIO	167.404	196.213	196.347	208.791
3. PESSOAL	122.674	136.389	136.302	136.534
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	122.404	133.555	134.426	137.017
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	36.109	50.872	58.896	58.612
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	21.702	11.402	2.754	2.177
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	14.690	41.597	70.202	76.706
10. INVESTIMENTOS	8.039	31.313	63.032	69.836
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.231	7.151	7.170	6.871
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.033	1.557	1.941	1.971
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	5.197	5.593	5.223	4.897
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	304.499	371.365	400.975	422.515
III - DESPESAS POR FUNÇÃO				
1. LEGISLATIVA	14.461	12.159	11.308	11.736
2. JUDICIÁRIA	-	-	-	-
3. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	83.608	80.479	67.110	72.111
4. AGRICULTURA	-	-	-	-
5. COMUNICAÇÕES	-	-	-	-
6. DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-
7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-	-	-	-
8. EDUCAÇÃO E CULTURA	42.557	51.386	69.854	76.189
9. ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	-	-	-
10. HABITAÇÃO E URBANISMO	45.562	74.410	81.111	98.749
11. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.870	2.919	3.110	4.965
12. RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-	-
13. SAÚDE E SANEAMENTO	46.853	64.673	84.062	79.824
14. TRABALHO	-	6.575	8.149	4.744
15. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	62.115	68.521	66.974	67.473
16. TRANSPORTE	6.472	10.243	9.297	6.723
17. TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	304.499	371.365	400.975	422.515

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

PORTO ALEGRE - RS
ADMINISTRAÇÃO OLÍVIO DUTRA (1989-1992)

TABELA - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS
Valores corrigidos

Em R\$ mil

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
I - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	(67.648)	4.291	10.348	38.253
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.992	3.781	3.149	1.243
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	(65.656)	8.071	13.497	39.496
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	9.494	36.004	64.979	71.810
5. AMORTIZAÇÕES	5.197	5.593	5.223	4.897
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	80.346	33.526	56.705	37.211
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	75.149	27.933	51.482	32.314
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1	-	2.552	6.001
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(80.345)	(33.526)	(54.153)	(31.210)
II - ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO				
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	606	550	2.837	2.280
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	79.185	50.534	81.814	68.352
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	15.654	14.602	24.887	19.957
III - ELEMENTOS DAS DEMONST. VAR. PATRIMONIAIS				
14. CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	-	-	-	-
15. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	3.086	3.815	16.426	9.545
16. ENCAMPÇÃO E/OU REESTAB. DÍVIDAS	-	-	-	-
17. CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA	77.530	57.164	-	48.057
18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DAS VAR. PATRIMONIAIS	(144.969)	75.740	(62.598)	(62.861)
IV - ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL				
19. ATIVO FINANCEIRO	20.349	19.102	30.096	45.545
20. PASSIVO FINANCEIRO	102.278	55.509	91.321	82.365
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	81.928	36.407	61.225	36.820
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	80.318	54.560	40.737	52.876
23. EM TÍTULOS	-	-	-	-
24. POR CONTRATOS	80.318	54.560	40.737	52.876
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	80.318	54.560	40.737	52.876
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	162.247	90.967	101.962	89.695
28. SALDO PATRIMONIAL	(153.229)	(81.128)	(78.358)	(70.041)

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

PORTO ALEGRE - RS
ADMINISTRAÇÃO OLÍVIO DUTRA (1989-1992)

TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Valores corrigidos per capita

Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
I - RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA				
1. RECEITAS CORRENTES	179,60	267,24	270,04	302,81
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	62,02	93,62	102,39	102,25
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	94,48	128,66	126,49	127,34
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	15,81	28,84	13,76	23,34
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	11,64	15,66	13,76	13,48
6. RECEITAS DE CAPITAL	1,61	3,02	4,51	5,71
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	-	2,02	4,73
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1,08	0,19	-	0,57
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	181,21	270,26	274,55	308,52
II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA				
1. DESPESAS CORRENTES	234,28	263,80	261,85	272,65
2. DESPESAS DE CUSTEIO	135,33	156,96	155,43	164,62
3. PESSOAL	99,17	109,11	107,90	107,65
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	98,95	106,84	106,41	108,03
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	29,19	40,70	46,62	46,21
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	17,54	9,12	2,18	1,72
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	11,88	33,28	55,57	60,48
10. INVESTIMENTOS	6,50	25,05	49,90	55,06
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5,04	5,72	5,68	5,42
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,84	1,25	1,54	1,55
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	4,20	4,47	4,13	3,86
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	246,16	297,08	317,42	333,13
III - DESPESAS POR FUNÇÃO				
1. LEGISLATIVA	11,69	9,73	8,95	9,25
2. JUDICIÁRIA	-	-	-	-
3. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	67,59	64,38	53,13	56,86
4. AGRICULTURA	-	-	-	-
5. COMUNICAÇÕES	-	-	-	-
6. DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-
7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-	-	-	-
8. EDUCAÇÃO E CULTURA	34,40	41,11	55,30	60,07
9. ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	-	-	-
10. HABITAÇÃO E URBANISMO	36,83	59,53	64,21	77,86
11. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	2,32	2,34	2,46	3,91
12. RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-	-
13. SAÚDE E SANEAMENTO	37,88	51,74	66,54	62,94
14. TRABALHO	-	5,26	6,45	3,74
15. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	50,21	54,81	53,02	53,20
16. TRANSPORTE	5,23	8,19	7,36	5,30
17. TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	246,16	297,08	317,42	333,13

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

PORTO ALEGRE - RS
ADMINISTRAÇÃO OLÍVIO DUTRA (1989-1992)

TABELA - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS
Valores corrigidos per capita

Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
I - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	(54,69)	3,43	8,19	30,16
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,61	3,02	2,49	0,98
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	(53,08)	6,46	10,68	31,14
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	7,67	28,80	51,44	56,62
5. AMORTIZAÇÕES	4,20	4,47	4,13	3,86
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	64,95	26,82	44,89	29,34
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	60,75	22,35	40,75	25,48
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	-	2,02	4,73
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(64,95)	(26,82)	(42,87)	(24,61)
II - ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO				
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,49	0,44	2,25	1,80
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	64,01	40,43	64,77	53,89
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	12,65	11,68	19,70	15,74
III - ELEMENTOS DAS DEMONST. VAR. PATRIMONIAIS				
14. CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	-	-	-	-
15. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	2,49	3,05	13,00	7,53
16. ENCAMPÇÃO E/OU REESTAB. DÍVIDAS	-	-	-	-
17. CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA	62,68	45,73	-	37,89
18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DAS VAR. PATRIMONIAIS	(117,20)	60,59	(49,55)	(49,56)
IV - ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL				
19. ATIVO FINANCEIRO	16,45	15,28	23,82	35,91
20. PASSIVO FINANCEIRO	82,68	44,41	72,29	64,94
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	66,23	29,12	48,47	29,03
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	64,93	43,65	32,25	41,69
23. EM TÍTULOS	-	-	-	-
24. POR CONTRATOS	64,93	43,65	32,25	41,69
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	64,93	43,65	32,25	41,69
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	131,16	72,77	80,71	70,72
28. SALDO PATRIMONIAL	(123,87)	(64,90)	(62,03)	(55,22)

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

PORTO ALEGRE - RS
ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)

TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Valores nominais

Em Mil

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993 (CR\$)	1994 (R\$)	1995 (R\$)
I - RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
1. RECEITAS CORRENTES	24.159.688	220.420	401.146
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	6.080.004	69.497	152.100
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.467.091	99.425	185.322
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	2.244.691	14.018	40.166
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	1.269.234	10.566	20.795
6. RECEITAS DE CAPITAL	306.249	3.893	8.310
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	145.887	2.538	6.752
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	95.300	165	281
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	24.465.938	224.313	409.456
II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
1. DESPESAS CORRENTES	22.365.596	199.457	348.396
2. DESPESAS DE CUSTEIO	14.653.044	129.861	231.209
3. PESSOAL	8.845.222	75.995	145.919
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.712.552	69.596	117.187
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.229.839	32.543	47.183
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	106.351	954	2.266
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	4.276.519	52.041	50.399
10. INVESTIMENTOS	3.871.239	46.657	34.446
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	405.280	5.384	12.840
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	168.025	4.389	9.036
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	235.443	994	3.804
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	26.642.116	251.499	398.796
III - DESPESAS POR FUNÇÃO			
1. LEGISLATIVA	765.028	7.655	12.693
2. JUDICIÁRIA	-	-	-
3. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	5.306.486	40.853	68.852
4. AGRICULTURA	-	-	-
5. COMUNICAÇÕES	-	-	-
6. DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-
7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-	-	-
8. EDUCAÇÃO E CULTURA	5.035.015	43.123	81.383
9. ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	-	-
10. HABITAÇÃO E URBANISMO	5.445.203	63.038	66.099
11. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	201.375	4.190	7.300
12. RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-
13. SAÚDE E SANEAMENTO	4.826.113	49.242	73.448
14. TRABALHO	297.044	1.110	8.900
15. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	4.237.180	35.737	72.333
16. TRANSPORTE	528.668	6.546	7.785
17. TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	26.642.116	251.499	398.796

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

PORTO ALEGRE - RS
ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)

TABELA - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS
Valores Nominais

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993 (CR\$)	1994 (R\$)	1995 (R\$)
I - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	1.794.091	20.962	52.749
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	160.361	1.354	1.558
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	1.954.453	22.317	54.307
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	4.041.076	51.047	46.595
5. AMORTIZAÇÕES	235.443	994	3.804
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	2.322.066	29.724	(3.908)
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	2.086.622	28.730	(7.712)
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	145.887	2.538	6.752
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(2.176.178)	(27.185)	10.660
II - ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO			
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	56.920	812	28.044
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	5.823.388	52.339	41.790
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.234.830	28.044	10.946
III - ELEMENTOS DAS DEMONST. VAR. PATRIMONIAIS			
14. CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	-	-	-
15. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	2.249.312	15.581	26.398
16. ENCAMPAÇÃO E/OU REESTAB. DÍVIDAS	-	-	-
17. CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA	2.976.128	-	-
18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DAS VAR. PATRIMONIAIS	(2.579.437)	(30.240)	42.041
IV - ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL			
19. ATIVO FINANCEIRO	2.234.830	29.847	34.503
20. PASSIVO FINANCEIRO	6.517.566	57.862	51.857
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	4.282.736	28.015	17.354
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	3.037.378	27.892	40.804
23. EM TÍTULOS	-	-	40.804
24. POR CONTRATOS	3.037.378	27.892	-
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	3.037.378	27.892	40.804
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	7.320.114	55.908	58.158
28. SALDO PATRIMONIAL	(2.779.200)	(31.251)	10.790

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

PORTO ALEGRE - RS
ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)

TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Valores corrigidos

Em R\$ mil

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995
I - RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
1. RECEITAS CORRENTES	384.447	433.587	494.236
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	96.749	136.707	187.396
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	150.647	195.579	228.328
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	35.719	27.575	49.487
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	20.197	20.784	25.621
6. RECEITAS DE CAPITAL	4.873	7.658	10.238
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.321	4.992	8.319
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.516	325	346
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	389.320	441.245	504.474
II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
1. DESPESAS CORRENTES	355.898	392.351	429.244
2. DESPESAS DE CUSTEIO	233.170	255.449	284.863
3. PESSOAL	140.752	149.489	179.781
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	122.728	136.902	144.381
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	51.396	64.015	58.132
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	1.692	1.877	2.792
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	68.051	102.370	62.095
10. INVESTIMENTOS	61.602	91.779	42.440
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.449	10.591	15.820
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.674	8.634	11.133
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	3.747	1.955	4.687
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	423.949	494.723	491.340
III - DESPESAS POR FUNÇÃO			
1. LEGISLATIVA	12.174	15.058	15.639
2. JUDICIÁRIA	-	-	-
3. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	84.441	80.362	84.830
4. AGRICULTURA	-	-	-
5. COMUNICAÇÕES	-	-	-
6. DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-
7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-	-	-
8. EDUCAÇÃO E CULTURA	80.121	84.827	100.269
9. ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	-	-
10. HABITAÇÃO E URBANISMO	86.648	124.002	81.438
11. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.204	8.242	8.994
12. RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-
13. SAÚDE E SANEAMENTO	76.797	96.864	90.492
14. TRABALHO	4.727	2.183	10.965
15. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	67.425	70.298	89.119
16. TRANSPORTE	8.413	12.877	9.592
17. TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	423.949	494.723	491.340

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

PORTO ALEGRE - RS
ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)

TABELA - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS
Valores corrigidos

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995
I - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	28.549	41.234	64.990
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.552	2.663	1.920
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	31.101	43.900	66.909
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	64.305	100.414	57.408
5. AMORTIZAÇÕES	3.747	1.955	4.687
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	36.950	58.470	(4.815)
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	33.204	56.515	(9.502)
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.321	4.992	8.319
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(34.629)	(53.476)	13.134
II - ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO			
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	906	1.597	34.552
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	92.666	102.956	51.488
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	35.562	55.165	13.486
III - ELEMENTOS DAS DEMONST. VAR. PATRIMONIAIS			
14. CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	-	-	-
15. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	35.793	30.649	32.524
16. ENCAMPÇÃO E/OU REESTAB. DÍVIDAS	-	-	-
17. CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA	47.358	-	-
18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DAS VAR. PATRIMONIAIS	(41.046)	(59.485)	51.797
IV - ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL			
19. ATIVO FINANCEIRO	35.562	58.712	42.510
20. PASSIVO FINANCEIRO	103.712	113.820	63.891
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	68.150	55.108	21.381
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	48.333	54.866	50.273
23. EM TÍTULOS	-	-	50.273
24. POR CONTRATOS	48.333	54.866	-
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	48.333	54.866	50.273
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	116.483	109.976	71.654
28. SALDO PATRIMONIAL	(44.225)	(61.474)	13.294

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

PORTO ALEGRE - RS
ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)

TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Valores corrigidos per capita

Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995
I - RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
1. RECEITAS CORRENTES	301,90	339,12	385,01
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	75,98	106,92	145,98
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	118,30	152,97	177,87
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	28,05	21,57	38,55
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	15,86	16,26	19,96
6. RECEITAS DE CAPITAL	3,83	5,99	7,98
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,82	3,90	6,48
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1,19	0,25	0,27
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	305,72	345,11	392,98
II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
1. DESPESAS CORRENTES	279,48	306,87	334,38
2. DESPESAS DE CUSTEIO	183,10	199,79	221,91
3. PESSOAL	110,53	116,92	140,05
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	96,38	107,08	112,47
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	40,36	50,07	45,28
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	1,33	1,47	2,17
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	53,44	80,07	48,37
10. INVESTIMENTOS	48,37	71,78	33,06
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5,06	8,28	12,32
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2,10	6,75	8,67
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	2,94	1,53	3,65
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	332,92	386,94	382,75
III - DESPESAS POR FUNÇÃO			
1. LEGISLATIVA	9,56	11,78	12,18
2. JUDICIÁRIA	-	-	-
3. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	66,31	62,85	66,08
4. AGRICULTURA	-	-	-
5. COMUNICAÇÕES	-	-	-
6. DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-
7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	-	-	-
8. EDUCAÇÃO E CULTURA	62,92	66,35	78,11
9. ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	-	-
10. HABITAÇÃO E URBANISMO	68,04	96,99	63,44
11. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	2,52	6,45	7,01
12. RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-
13. SAÚDE E SANEAMENTO	60,31	75,76	70,49
14. TRABALHO	3,71	1,71	8,54
15. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	52,95	54,98	69,42
16. TRANSPORTE	6,61	10,07	7,47
17. TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	332,92	386,94	382,75

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

PORTO ALEGRE - RS
ADMINISTRAÇÃO TARSO GENRO (1993 -1996)

TABELA - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS
Valores corrigidos per capita

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995
I - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	22,42	32,25	50,63
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,08	1,50
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	24,42	34,34	52,12
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	50,50	78,54	44,72
5. AMORTIZAÇÕES	2,94	1,53	3,65
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	29,02	45,73	(3,75)
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	26,07	44,20	(7,40)
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,82	3,90	6,48
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(27,19)	(41,82)	10,23
II - ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO			
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,71	1,25	26,92
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	72,77	80,52	40,11
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	27,93	43,15	10,51
III - ELEMENTOS DAS DEMONST. VAR. PATRIMONIAIS			
14. CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	-	-	-
15. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	28,11	23,97	25,34
16. ENCAMPAÇÃO E/OU REESTAB. DÍVIDAS	-	-	-
17. CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA	37,19	-	-
18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DAS VAR. PATRIMONIAIS	(32,23)	(46,52)	40,35
IV - ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL			
19. ATIVO FINANCEIRO	27,93	45,92	33,11
20. PASSIVO FINANCEIRO	81,44	89,02	49,77
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	53,52	43,10	16,66
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	37,95	42,91	39,16
23. EM TÍTULOS	-	-	39,16
24. POR CONTRATOS	37,95	42,91	-
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	37,95	42,91	39,16
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	91,47	86,02	55,82
28. SALDO PATRIMONIAL	(34,73)	(48,08)	10,38

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

Curitiba - PR

CURITIBA - PR ADMINISTRAÇÃO JAIME LERNER (1989-1992)

TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em Mil

Valores nominais

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989 (NCZ\$)	1990 (Cr\$)	1991 (Cr\$)	1992 (Cr\$)
I - RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA				
1. RECEITAS CORRENTES	524.870	21.911.934	133.284.779	1.180.691.217
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	162.233	6.100.791	40.211.370	326.015.234
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	211.892	8.538.074	41.103.119	405.873.213
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	40.455	1.532.979	8.075.159	83.928.962
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	32.798	1.241.879	5.677.569	60.935.514
6. RECEITAS DE CAPITAL	4.053	107.852	1.538.694	3.221.989
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.480	-	-	-
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.515	12.850	-	2.487.432
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	528.923	22.019.787	134.823.474	1.183.913.207
II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA				
1. DESPESAS CORRENTES	456.100	14.015.889	77.907.370	990.897.949
2. DESPESAS DE CUSTEIO	380.311	11.188.091	62.159.695	785.984.589
3. PESSOAL	280.047	7.294.263	39.840.840	526.195.720
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	75.789	2.827.798	15.747.674	204.913.360
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	30.107	1.356.750	6.426.040	87.656.486
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	2.600	12.857	97.045
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	3.732	100.348	432.184	13.095.877
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	65.230	3.908.487	27.924.452	336.292.285
10. INVESTIMENTOS	51.742	3.691.319	24.896.405	291.028.965
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.762	210.194	2.429.842	33.503.329
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.143	121.912	1.378.729	20.349.665
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	9.619	88.282	1.051.113	13.153.663
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	521.331	17.924.377	105.831.822	1.327.190.235
III - DESPESAS POR FUNÇÃO				
1. LEGISLATIVA	19.985	601.637	5.778.064	65.184.396
2. JUDICIÁRIA	2.903	80.366	474.612	6.947.284
3. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	92.793	3.368.782	18.453.446	246.196.761
4. AGRICULTURA	-	-	-	-
5. COMUNICAÇÕES	-	-	-	-
6. DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	4.411	164.989	1.510.785	29.152.731
7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7.358	304.653	1.179.766	28.397.726
8. EDUCAÇÃO E CULTURA	114.001	4.204.097	23.283.380	303.106.568
9. ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	-	-	-
10. HABITAÇÃO E URBANISMO	88.821	3.226.848	17.843.756	212.496.610
11. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	387	4.525	471	12.756
12. RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-	-
13. SAÚDE E SANEAMENTO	70.169	1.848.019	11.227.118	126.574.938
14. TRABALHO	-	-	-	-
15. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	74.043	1.471.709	9.841.492	113.323.309
16. TRANSPORTE	46.454	2.648.748	16.238.929	195.797.152
17. TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	521.331	17.924.377	105.831.822	1.327.190.235

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

CURITIBA - PR
ADMINISTRAÇÃO JAIME LERNER (1989-1992)

TABELA - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS
Valores Nominais

Em Mil

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989 (NCZ\$)	1990 (Cr\$)	1991 (Cr\$)	1992 (Cr\$)
I - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	68.769	7.896.044	55.377.409	189.793.268
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.572	107.852	1.538.694	3.221.989
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	70.342	8.003.897	56.916.104	193.015.258
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	55.611	3.820.205	26.873.338	323.138.621
5. AMORTIZAÇÕES	9.619	88.282	1.051.113	13.153.663
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	(5.111)	(4.095.409)	(28.991.652)	143.277.027
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	(14.731)	(4.183.691)	(30.042.765)	130.123.363
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.480	-	-	-
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	7.592	4.095.409	28.991.652	(143.277.027)
II - ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO				
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.230	52.591	6.583.091	46.322.147
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	34.438	2.423.673	13.108.506	124.544.017
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	52.591	6.583.091	46.322.147	45.814.815
III - ELEMENTOS DAS DEMONST. VAR. PATRIMONIAIS				
14. CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	-	-	-	-
15. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	3.403	173.570	1.465.465	9.439.236
16. ENCAMPAÇÃO E/OU REESTAB. DÍVIDAS	-	-	-	-
17. CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA	136.355	2.357.204	8.565.105	123.737.712
18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DAS VAR. PATRIMONIAIS	47.608	2.381.652	29.717.120	20.433.019
IV - ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL				
19. ATIVO FINANCEIRO	52.591	6.583.091	46.322.147	45.814.815
20. PASSIVO FINANCEIRO	41.128	2.476.219	13.223.638	155.993.333
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	(11.463)	(4.106.872)	(33.098.508)	110.178.518
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	146.014	2.417.286	10.625.966	130.622.036
23. EM TÍTULOS	-	-	-	-
24. POR CONTRATOS	146.014	2.417.286	10.625.966	130.622.036
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	146.014	2.417.286	10.625.966	130.622.036
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	134.551	(1.689.585)	(22.472.542)	240.800.554
28. SALDO PATRIMONIAL	43.877	2.425.530	32.142.650	52.595.670

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

CURITIBA - PR
ADMINISTRAÇÃO JAIME LERNER (1989-1992)

TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Valores corrigidos

Em R\$ mil

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
I - RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA				
1. RECEITAS CORRENTES	294.012	431.645	510.037	413.974
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	90.877	120.180	153.876	114.307
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	118.694	168.192	157.288	142.307
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	22.661	30.198	30.901	29.427
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	18.372	24.464	21.726	21.365
6. RECEITAS DE CAPITAL	2.270	2.125	5.888	1.130
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.389	-	-	-
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	849	253	-	872
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	296.283	433.769	515.925	415.104
II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA				
1. DESPESAS CORRENTES	255.490	276.100	298.126	347.429
2. DESPESAS DE CUSTEIO	213.036	220.395	237.865	275.582
3. PESSOAL	156.872	143.690	152.458	184.495
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.454	55.705	60.261	71.847
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	16.865	26.727	24.590	30.734
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	51	49	34
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	2.091	1.977	1.654	4.592
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	36.539	76.994	106.858	117.911
10. INVESTIMENTOS	28.984	72.716	95.270	102.041
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.149	4.141	9.298	11.747
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.761	2.402	5.276	7.135
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	5.388	1.739	4.022	4.612
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	292.030	353.093	404.984	465.339
III - DESPESAS POR FUNÇÃO				
1. LEGISLATIVA	11.195	11.852	22.111	22.855
2. JUDICIÁRIA	1.626	1.583	1.816	2.436
3. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	51.979	66.362	70.615	86.322
4. AGRICULTURA	-	-	-	-
5. COMUNICAÇÕES	-	-	-	-
6. DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	2.471	3.250	5.781	10.222
7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	4.122	6.001	4.515	9.957
8. EDUCAÇÃO E CULTURA	63.859	82.817	89.098	106.275
9. ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	-	-	-
10. HABITAÇÃO E URBANISMO	49.754	63.566	68.282	74.506
11. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	217	89	2	4
12. RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-	-
13. SAÚDE E SANEAMENTO	39.306	36.404	42.963	44.380
14. TRABALHO	-	-	-	-
15. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	41.476	28.991	37.660	39.733
16. TRANSPORTE	26.022	52.178	62.141	68.650
17. TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	292.030	353.093	404.984	465.339

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

CURITIBA - PR
ADMINISTRAÇÃO JAIME LERNER (1989-1992)

TABELA - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS
Valores corrigidos

Em R\$ mil

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
I - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	38.522	155.545	211.911	66.545
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	881	2.125	5.888	1.130
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	39.403	157.669	217.799	67.675
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	31.151	75.254	102.835	113.299
5. AMORTIZAÇÕES	5.388	1.739	4.022	4.612
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	(2.863)	(80.676)	(110.942)	50.236
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	(8.252)	(82.415)	(114.964)	45.624
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.389	-	-	-
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	4.253	80.676	110.942	(50.236)
II - ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO				
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.930	1.036	25.191	16.241
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	19.291	47.744	50.162	43.668
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	29.460	129.681	177.260	16.064
III - ELEMENTOS DAS DEMONST. VAR. PATRIMONIAIS				
14. CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	-	-	-	-
15. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	1.906	3.419	5.608	3.310
16. ENCAMPÇÃO E/OU REESTAB. DÍVIDAS	-	-	-	-
17. CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA	76.381	46.435	32.776	43.385
18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DAS VAR. PATRIMONIAIS	26.668	46.916	113.718	7.164
IV - ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL				
19. ATIVO FINANCEIRO	29.460	129.681	177.260	16.064
20. PASSIVO FINANCEIRO	23.038	48.779	50.603	54.694
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	(6.421)	(80.902)	(126.657)	38.631
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	81.792	47.618	40.662	45.799
23. EM TÍTULOS	-	-	-	-
24. POR CONTRATOS	81.792	47.618	40.662	45.799
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	81.792	47.618	40.662	45.799
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	75.370	(33.283)	(85.995)	84.429
28. SALDO PATRIMONIAL	24.578	47.781	122.999	18.441

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

CURITIBA - PR
ADMINISTRAÇÃO JAIME LERNER (1989-1992)

TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Valores corrigidos per capita

Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
I - RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA				
1. RECEITAS CORRENTES	234,22	336,21	388,42	307,97
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	72,40	93,61	117,19	85,04
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	94,56	131,01	119,78	105,87
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	18,05	23,52	23,53	21,89
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	14,64	19,06	16,55	15,89
6. RECEITAS DE CAPITAL	1,81	1,65	4,48	0,84
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,11	-	-	-
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,68	0,20	-	0,65
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	236,03	337,86	392,91	308,81
II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONOMICA				
1. DESPESAS CORRENTES	203,53	215,06	227,04	258,46
2. DESPESAS DE CUSTEIO	169,71	171,67	181,15	205,01
3. PESSOAL	124,97	111,92	116,11	137,25
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33,82	43,39	45,89	53,45
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	13,44	20,82	18,73	22,86
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	0,04	0,04	0,03
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	1,67	1,54	1,26	3,42
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	29,11	59,97	81,38	87,72
10. INVESTIMENTOS	23,09	56,64	72,55	75,91
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5,70	3,23	7,08	8,74
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1,40	1,87	4,02	5,31
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	4,29	1,35	3,06	3,43
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	232,64	275,03	308,42	346,18
III - DESPESAS POR FUNÇÃO				
1. LEGISLATIVA	8,92	9,23	16,84	17,00
2. JUDICIÁRIA	1,30	1,23	1,38	1,81
3. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	41,41	51,69	53,78	64,22
4. AGRICULTURA	-	-	-	-
5. COMUNICAÇÕES	-	-	-	-
6. DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	1,97	2,53	4,40	7,60
7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3,28	4,67	3,44	7,41
8. EDUCAÇÃO E CULTURA	50,87	64,51	67,85	79,06
9. ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	-	-	-
10. HABITAÇÃO E URBANISMO	39,64	49,51	52,00	55,43
11. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,17	0,07	0,00	0,00
12. RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-	-
13. SAÚDE E SANEAMENTO	31,31	28,36	32,72	33,02
14. TRABALHO	-	-	-	-
15. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	33,04	22,58	28,68	29,56
16. TRANSPORTE	20,73	40,64	47,32	51,07
17. TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	232,64	275,03	308,42	346,18

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

CURITIBA - PR
ADMINISTRAÇÃO JAIME LERNER (1989-1992)

TABELA - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

Em R\$

Valores corrigidos per capita

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1989	1990	1991	1992
I - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	30,69	121,15	161,38	49,50
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,70	1,65	4,48	0,84
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	31,39	122,81	165,87	50,35
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	24,82	58,62	78,32	84,29
5. AMORTIZAÇÕES	4,29	1,35	3,06	3,43
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	(2,28)	(62,84)	(84,49)	37,37
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	(6,57)	(64,19)	(87,55)	33,94
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,11	-	-	-
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	3,39	62,84	84,49	(37,37)
II - ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO				
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2,33	0,81	19,18	12,08
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	15,37	37,19	38,20	32,49
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	-	-	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	23,47	101,01	134,99	11,95
III - ELEMENTOS DAS DEMONST. VAR. PATRIMONIAIS				
14. CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	-	-	-	-
15. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	1,52	2,66	4,27	2,46
16. ENCAMPAÇÃO E/OU REESTAB. DÍVIDAS	-	-	-	-
17. CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA	60,85	36,17	24,96	32,28
18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DAS VAR. PATRIMONIAIS	21,25	36,54	86,60	5,33
IV - ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL				
19. ATIVO FINANCEIRO	23,47	101,01	134,99	11,95
20. PASSIVO FINANCEIRO	18,35	37,99	38,54	40,69
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	(5,12)	(63,01)	(96,46)	28,74
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	65,16	37,09	30,97	34,07
23. EM TÍTULOS	-	-	-	-
24. POR CONTRATOS	65,16	37,09	30,97	34,07
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	65,16	37,09	30,97	34,07
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	60,04	(25,92)	(65,49)	62,81
28. SALDO PATRIMONIAL	19,58	37,22	93,67	13,72

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

CURITIBA - PR
ADMINISTRAÇÃO RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)

TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Valores nominais

Em Mil

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993 (CR\$)	1994 (R\$)	1995 (R\$)
I - RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
1. RECEITAS CORRENTES	20.769.962	218.883	441.707
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	5.870.214	71.220	228.497
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.419.888	95.297	183.711
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	2.170.129	16.240	36.236
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	1.581.773	13.209	27.221
6. RECEITAS DE CAPITAL	630.419	7.015	7.614
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	618.294	6.991	5.938
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.500	16	1.641
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	21.400.381	225.898	449.322
II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
1. DESPESAS CORRENTES	20.303.105	219.622	394.476
2. DESPESAS DE CUSTEIO	15.681.514	155.637	298.577
3. PESSOAL	9.725.824	87.093	182.157
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.621.590	63.984	95.899
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.865.326	21.554	42.133
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.843	14	23
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	710.104	22.314	16.709
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	6.589.196	75.848	87.575
10. INVESTIMENTOS	4.092.907	64.092	75.857
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.441.539	10.576	10.047
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	149.797	6.594	5.189
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	2.291.742	3.981	4.857
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	26.892.302	295.470	482.052
III - DESPESAS POR FUNÇÃO			
1. LEGISLATIVA	1.064.260	10.728	26.536
2. JUDICIÁRIA	127.222	1.209	4.503
3. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	7.321.384	69.627	125.545
4. AGRICULTURA	-	-	-
5. COMUNICAÇÕES	-	-	-
6. DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	578.436	5.671	9.989
7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	421.129	1.758	1.456
8. EDUCAÇÃO E CULTURA	4.551.440	50.981	111.277
9. ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	-	-
10. HABITAÇÃO E URBANISMO	3.861.557	44.354	64.390
11. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	12.371	535	1.021
12. RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-
13. SAÚDE E SANEAMENTO	2.772.960	35.708	41.413
14. TRABALHO	-	-	-
15. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	3.157.216	31.671	58.717
16. TRANSPORTE	3.024.321	43.223	37.200
17. TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	26.892.302	295.470	482.052

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

CURITIBA - PR
ADMINISTRAÇÃO RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)

TABELA - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS
Valores Nominais

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993 (CR\$)	1994 (R\$)	1995 (R\$)
I - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	466.857	(738)	47.230
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	12.125	23	1.676
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	478.982	(715)	48.907
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	4.297.454	71.866	82.717
5. AMORTIZAÇÕES	2.291.742	3.981	4.857
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	6.110.214	76.563	38.667
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	3.818.472	72.582	33.810
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	618.294	6.991	5.938
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(5.491.920)	(69.571)	(32.729)
II - ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO			
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	45.814	429	4.099
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	3.929.339	58.499	62.504
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	1.864.390	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.180.785	4.099	5.880
III - ELEMENTOS DAS DEMONST. VAR. PATRIMONIAIS			
14. CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	26	-	-
15. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	7.877	1.458	3.094
16. ENCAMPAÇÃO E/OU REESTAB. DÍVIDAS	628.805	-	-
17. CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA	2.915.349	19.966	9.099
18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DAS VAR. PATRIMONIAIS	1.996.908	(37.272)	13.965
IV - ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL			
19. ATIVO FINANCEIRO	1.180.785	4.099	5.887
20. PASSIVO FINANCEIRO	6.782.812	75.708	110.226
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	5.602.026	71.608	104.338
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	3.596.617	27.502	41.085
23. EM TÍTULOS	-	-	-
24. POR CONTRATOS	3.596.617	27.502	41.085
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	3.596.617	27.502	41.085
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	9.198.643	99.111	145.423
28. SALDO PATRIMONIAL	2.049.503	(36.526)	(22.537)

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

CURITIBA - PR
ADMINISTRAÇÃO RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)

TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Valores corrigidos

Em R\$ mil

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995
I - RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
1. RECEITAS CORRENTES	330.507	430.564	544.209
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	93.411	140.097	281.522
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	149.896	187.458	226.343
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	34.533	31.946	44.645
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	25.170	25.983	33.538
6. RECEITAS DE CAPITAL	10.032	13.799	9.381
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.839	13.752	7.316
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	167	31	2.022
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	340.538	444.363	553.591
II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
1. DESPESAS CORRENTES	323.078	432.018	486.018
2. DESPESAS DE CUSTEIO	249.536	306.153	367.864
3. PESSOAL	154.764	171.320	224.428
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	73.542	125.863	118.153
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	29.682	42.399	51.910
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	29	28	28
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	11.300	43.894	20.586
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	104.852	149.200	107.898
10. INVESTIMENTOS	65.129	126.075	93.460
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38.852	20.804	12.378
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.384	12.971	6.393
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	36.468	7.831	5.984
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	427.930	581.218	593.916
III - DESPESAS POR FUNÇÃO			
1. LEGISLATIVA	16.935	21.103	32.694
2. JUDICIÁRIA	2.024	2.378	5.548
3. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	116.503	136.963	154.679
4. AGRICULTURA	-	-	-
5. COMUNICAÇÕES	-	-	-
6. DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	9.204	11.155	12.307
7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	6.701	3.458	1.794
8. EDUCAÇÃO E CULTURA	72.426	100.285	137.100
9. ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	-	-
10. HABITAÇÃO E URBANISMO	61.448	87.249	79.332
11. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	197	1.052	1.258
12. RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-
13. SAÚDE E SANEAMENTO	44.125	70.241	51.023
14. TRABALHO	-	-	-
15. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	50.240	62.300	72.343
16. TRANSPORTE	48.125	85.024	45.833
17. TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	427.930	581.218	593.916

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

CURITIBA - PR
ADMINISTRAÇÃO RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)

TABELA - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS
Valores corrigidos

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995
I - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	7.429	(1.452)	58.190
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	193	45	2.065
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	7.622	(1.406)	60.256
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	68.384	141.367	101.912
5. AMORTIZAÇÕES	36.468	7.831	5.984
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	97.230	150.607	47.640
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	60.762	142.776	41.656
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.839	13.752	7.316
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(87.391)	(136.853)	(40.324)
II - ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO			
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	729	844	5.050
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	62.527	115.073	77.009
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	29.668	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	18.790	8.063	7.245
III - ELEMENTOS DAS DEMONST. VAR. PATRIMONIAIS			
14. CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0	-	-
15. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	125	2.868	3.812
16. ENCAMPAÇÃO E/OU REESTAB. DÍVIDAS	10.006	-	-
17. CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA	46.391	39.275	11.211
18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DAS VAR. PATRIMONIAIS	31.776	(73.318)	17.206
IV - ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL			
19. ATIVO FINANCEIRO	18.790	8.063	7.253
20. PASSIVO FINANCEIRO	107.933	148.925	135.805
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	89.144	140.860	128.551
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	57.232	54.099	50.619
23. EM TÍTULOS	-	-	-
24. POR CONTRATOS	57.232	54.099	50.619
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	57.232	54.099	50.619
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	146.376	194.961	179.170
28. SALDO PATRIMONIAL	32.613	(71.850)	(27.767)

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

CURITIBA - PR
ADMINISTRAÇÃO RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)

TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Valores corrigidos per capita

Em R\$

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995
I - RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
1. RECEITAS CORRENTES	240,18	305,65	377,38
2. RECEITA TRIBUTÁRIA	67,88	99,45	195,22
3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	108,93	133,07	156,96
4. PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	25,10	22,68	30,96
5. COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO	18,29	18,45	23,26
6. RECEITAS DE CAPITAL	7,29	9,80	6,51
7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7,15	9,76	5,07
8. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,12	0,02	1,40
9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	247,47	315,44	383,89
II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
1. DESPESAS CORRENTES	234,78	306,68	337,03
2. DESPESAS DE CUSTEIO	181,34	217,33	255,09
3. PESSOAL	112,47	121,62	155,63
4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53,44	89,35	81,93
5. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	21,57	30,10	36,00
6. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,02	0,02	0,02
7. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	8,21	31,16	14,28
8. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
9. DESPESAS DE CAPITAL	76,20	105,91	74,82
10. INVESTIMENTOS	47,33	89,50	64,81
11. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	28,23	14,77	8,58
12. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1,73	9,21	4,43
13. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-	-	-
14. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	26,50	5,56	4,15
15. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-
16. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	310,98	412,60	411,85
III - DESPESAS POR FUNÇÃO			
1. LEGISLATIVA	12,31	14,98	22,67
2. JUDICIÁRIA	1,47	1,69	3,85
3. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	84,66	97,23	107,26
4. AGRICULTURA	-	-	-
5. COMUNICAÇÕES	-	-	-
6. DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	6,69	7,92	8,53
7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	4,87	2,45	1,24
8. EDUCAÇÃO E CULTURA	52,63	71,19	95,07
9. ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	-	-	-
10. HABITAÇÃO E URBANISMO	44,65	61,94	55,01
11. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,14	0,75	0,87
12. RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-
13. SAÚDE E SANEAMENTO	32,07	49,86	35,38
14. TRABALHO	-	-	-
15. ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	36,51	44,23	50,17
16. TRANSPORTE	34,97	60,36	31,78
17. TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	310,98	412,60	411,85

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

CURITIBA - PR
ADMINISTRAÇÃO RAFAEL GRECA DE MACEDO (1993-1996)

TABELA - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS
Valores corrigidos per capita

CÓDIGO / ESPECIFICAÇÃO	1993	1994	1995
I - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
1. RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES	5,40	(1,03)	40,35
2. RECEITAS DE CAPITAL - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,14	0,03	1,43
3. MARGEM DE AUTOFINANCIAMENTO (1+2)	5,54	(1,00)	41,78
4. INVESTIMENTOS TOTAIS	49,70	100,35	70,67
5. AMORTIZAÇÕES	26,50	5,56	4,15
6. RECURSOS DE TERCEIROS (4+5-3)	70,66	106,91	33,04
7. NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (6-5)	44,16	101,35	28,89
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7,15	9,76	5,07
9. SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(63,51)	(97,15)	(27,96)
II - ELEMENTOS DO BALANÇO FINANCEIRO			
10. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,53	0,60	3,50
11. RESTOS A PAGAR DO ANO	45,44	81,69	53,40
12. SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR DO ANO	21,56	-	-
13. SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	13,65	5,72	5,02
III - ELEMENTOS DAS DEMONST. VAR. PATRIMONIAIS			
14. CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	-	-
15. INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	0,09	2,04	2,64
16. ENCAMPAÇÃO E/OU REESTAB. DÍVIDAS	7,27	-	-
17. CORREÇÃO MONETÁRIA OU CAMBIAL DA DÍVIDA	33,71	27,88	7,77
18. SUPERÁVIT / DÉFICIT DAS VAR. PATRIMONIAIS	23,09	(52,05)	11,93
IV - ELEMENTOS DO BALANÇO PATRIMONIAL			
19. ATIVO FINANCEIRO	13,65	5,72	5,03
20. PASSIVO FINANCEIRO	78,44	105,72	94,17
21. DÍVIDA FLUTUANTE LÍQUIDA (20-19)	64,78	99,99	89,14
22. DÍVIDA FUNDADA INTERNA (23+24)	41,59	38,40	35,10
23. EM TÍTULOS	-	-	-
24. POR CONTRATOS	41,59	38,40	35,10
25. DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	-	-	-
26. DÍVIDA FUNDADA TOTAL (22+25)	41,59	38,40	35,10
27. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (26+21)	106,37	138,40	124,24
28. SALDO PATRIMONIAL	23,70	(51,01)	(19,25)

FONTE : BALANÇOS MUNICIPAIS

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Roberto R.. *Evolução real e estrutura da receita dos Municípios Não-Capitais: 1988-1991*. SP. Mimeo. Agosto/92

_____. *Descentralização fiscal: ser ou não ser, não é a questão*. Brasília - DF, mimeo, julho de 1994

BOSSOIS, Irene L. A formulação democrática do orçamento municipal - a experiência de Vila Velha, ES, no período 1983/1986. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, v. 34, n. 184, p. 6-11, jul. /set. 1987.

BURKHEAD, Jesse. *Orçamento Público*, Ed. FGV, RJ, 1971, 627p.

DALTON, Hugh. *Princípios de Finanças Públicas*, 4ª. ed., Editora da Fundação Getúlio Vargas, RJ - 1980, 301 p.

DANIEL, Celso. *Gestão Local e Participação da Sociedade*. Espaço e Debate. São Paulo, 1994. pg. 21-41.

GIOMI, Waldemar, POLO, José Carlos. *O sistema de planejamento e orçamento do setor público brasileiro*. SP. Mimeo. 1993, 36p.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*, 6a. ed., São Paulo: Atlas, 1996, 247 pgs.

_____. *A comunidade como instância executora do planejamento: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre*, *Revista de Administração Pública - RAP* 28(2): 47-59, Abr/Jun 1994, Rio de Janeiro

LONGO, Carlos Alberto, TROSTER, Roberto Luis. *Economia do Setor Público*. São Paulo: Ed. Atlas, 1993, 202p..

MACHADO JR. José Teixeira, REIS, Heraldo da Costa. *A Lei 4.320 comentada*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, 1990. 264 p.

MOOJEN, Guilherme. *Orçamento Público*, Rio de Janeiro, Edições Financeiras, 1959.

NOVICK, David. *What Program Budgeting Is and Is Not.*, In HYDE, Albert. C., *Government Budgeting. Theory, Process, Politics*. Cap. 29, pg. 342-8. Washington. 1990.

REZENDE, Fernando. *Finanças Públicas*, SP. Ed. Atlas, 1994, 368p.

RIBEIRO, Carlos A.C., SIMON, Walter T.. *Práticas orçamentárias participativas: um estudo de caso de prefeituras paulistas*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 27(1): 28-46 jan/mar 1993.

SANCHES, Oswaldo Maldonado. *O ciclo orçamentário: uma reavaliação à luz da Constituição de 1988*. Revista de Administração Pública – RAP: Rio de Janeiro, 27 (4): 54-76 - out./dez/93.

SANDRONI, Paulo, *Novo Dicionário de Economia*. 5ª. ed., Best Seller. SP, 1994, 375 p.

SILVA, Sebastião de Sant'Anna e. *Introdução ao estudo dos orçamentos públicos*. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, 1959. 90p.

WILDAVSKY, Aaron. *The Political Economy of Efficiency: Cost Benefit Analysis, Systems Analysis, and Program Budgeting.* "Public Administration Review", n. 26. Dez/1966

Legislação

BRASIL Constituição: 1988. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

BRASIL Lei No 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 15a. ed., São Paulo: Editora Atlas, 1991. 184 p.

Fontes Oficiais de Informação

BRASIL, Secretaria do Tesouro Nacional. *Finanças do Brasil: Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais 1986-1995 / Ministério da Fazenda*. Brasília-DF, set 1996.

BRASIL, Secretaria do Tesouro Nacional. *Finanças do Brasil: Receita e Despesa dos Municípios 1996 / Ministério da Fazenda*. Vol. XLII, Brasília-DF, mai/1998.

BRASIL, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE: *Anuário Estatístico do Brasil 1992*, Rio de Janeiro, v.52,1992, pgs.206 e 208.

BRASIL, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE: *Anuário Estatístico do Brasil 1996*, Rio de Janeiro, v. 199, pgs..

IMAP - Monografia apresentada ao CLAD, para o XI Concurso de Ensayos y Monografías sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública. Brasil 1997

Endereços eletrônicos

CURITIBA, *Página Oficial da Prefeitura do Município de* - 1998. www.araucaria.gov.br/

PORTO ALEGRE, *Página Oficial da Prefeitura do Município de* -1998. www.poa.gov.br/

TSE-TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Resultados das eleições dos municípios - 1996*
www.tse.gov.br/